

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SERLI MARIA PIRES DE OLIVEIRA**

**A (NÃO) COMUNICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:**

**O CASO DE MANDIRITUBA**

**CURITIBA  
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SERLI MARIA PIRES DE OLIVEIRA**

**A (NÃO) COMUNICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:**

**O CASO DE MANDIRITUBA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Relações Públicas do Curso de Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Celsi Brönstrup Silvestrin

**CURITIBA**  
**2008**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e sabedoria.

A Professora Celsi Brönstrup Silvestrin, pela orientação e dedicação.

A minha família pelo amor e compreensão.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original.

Albert Einstein

## RESUMO

Este trabalho busca compreender e caracterizar as relações públicas no contexto da comunicação pública como facilitadora da integração entre a prefeitura municipal e os cidadãos. Os aspectos teóricos tratam da comunicação na administração pública, o interesse público, a cidadania e participação, sendo abordado também a relação comunicação e política e, as relações públicas no contexto da comunicação pública. Como metodologia optou-se por uma abordagem qualitativa do assunto. Desta forma, realizou-se a princípio uma pesquisa bibliográfica a respeito dos temas envolvidos e, também uma pesquisa de campo a partir de um estudo de caso sobre um projeto de centralização de escolas implantado no município de Mandirituba, o qual revelou que as pessoas não participaram do processo de implantação e que também a prefeitura não disponibilizou os meios para que esta participação se efetivasse. Esses resultados apontam a necessidade de um trabalho de relações públicas pautado na comunicação pública que deve ser realizado no âmbito da administração municipal a fim de proporcionar a participação das pessoas na tomada de decisão e atender o interesse público.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	3
1INTRODUÇÃO.....	6
2 ASPECTOS TEÓRICOS .....	8
<b>2.1 Organização do Estado.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Divisão dos Poderes.....</b>	<b>8</b>
<b>2.3 Administração Pública.....</b>	<b>10</b>
<b>2.4 Interesse Público .....</b>	<b>11</b>
<b>2.5 Cidadania e Participação.....</b>	<b>13</b>
<b>2.6 Comunicação e Política.....</b>	<b>18</b>
<b>2.7 Comunicação nos Regimes Autoritários e na Redemocratização.....</b>	<b>20</b>
<b>2.8 A Comunicação Pública e as Relações Públicas.....</b>	<b>28</b>
<b>2.8.1 Comunicação Pública.....</b>	<b>28</b>
<b>2.8.2 Comunicação na Administração Pública.....</b>	<b>32</b>
<b>2.8.3 Relações Públicas no contexto da Comunicação Pública.....</b>	<b>34</b>
3.0 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	38
<b>3.1 O Município de Mandirituba –     histórico e contextualização.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 Centralização das Escolas no Município de Mandirituba:     O caso a ser analisado.....</b>	<b>40</b>
<b>3.3 Proposta da Pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4 Seleção da Amostra.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4.1 Amostra.....</b>	<b>42</b>
<b>3.5 Metodologia.....</b>	<b>43</b>
<b>3.5.1 Abordagem Qualitativa e Estudo de Caso.....</b>	<b>43</b>

<b>3.6 Realização da Pesquisa</b> .....	45
<b>3.7 Análise dos Dados</b> .....	45
<b>3.7.1 Categorias</b> .....	45
<b>3.7.2 Análise Documental</b> .....	54
<b>3.8 RESULTADOS</b> .....	55
<b>4.0 CONCLUSÃO</b> .....	57
<b>REFERENCIAS</b> .....	61
<b>APÊNDICES</b> .....	64
<b>APENDICE 1: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES</b> .....	65
<b>APENDICE 2: ENQUETE REALIZADA NAS COMUNIDADES</b> .....	67
<b>APENDICE 3: TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM LUIS CARLOS CHIMIM</b> .....	68
<b>APENDICE 4: TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM JUSSIANE PALÚ GALVAN</b> .....	74
<b>APENDICE 5: FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - LUIZ CARLOS CHIMIM CLAUDINO</b> .....	77
<b>APENDICE 6: FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – JUSSIANE PALÚ GALVAN</b> .....	78
<b>ANEXO 1: REPORTAGEM DO JORNAL FOLHA DO SUL</b> .....	79

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre a administração pública e os cidadãos carece de mecanismos que promovam a conscientização política e a participação das pessoas na tomada de decisão, essa participação precisa acontecer em todos os níveis da administração, mas é na esfera municipal que este trabalho poderá ser desenvolvido com mais eficiência, devido à proximidade entre as pessoas e o governo local. O objetivo deste estudo é compreender e caracterizar as relações públicas no contexto da comunicação pública como facilitadora da integração entre a administração municipal e os cidadãos.

Para realizar este estudo, foi necessário em um primeiro momento abordar alguns aspectos teóricos que norteavam o tema, como a organização do estado, divisão dos poderes e administração pública, apresentando o interesse público, a cidadania e a participação como elementos que compõem a atuação da administração pública. Em seguida foi abordada a relação comunicação e política nos regimes ditatoriais, relação esta que foi permeada pelo uso indiscriminado da comunicação em favor dos interesses de quem estava no poder, contribuindo assim para legitimar o regime. Em contrapartida a comunicação pública aparece na atualidade como o espaço do debate, da negociação e da tomada de decisão em favor do interesse público, aspectos que caracterizam o regime democrático. Sendo assim, nesta parte ainda é proposta uma reflexão sobre a comunicação pública, a comunicação na administração pública e o papel das relações públicas neste contexto.

Num segundo momento é apresentada a pesquisa de campo, baseada em um estudo de caso a respeito de um projeto de centralização de escolas implantado

no município de Mandirituba. Os pressupostos de que não houve participação da comunidade na implantação do projeto e também que a prefeitura não disponibilizou meios para que esta participação se efetivasse levaram à realização desta pesquisa.

Esta parte, portanto, traz aspectos históricos do citado município, apresenta o projeto de centralização das escolas e a proposta de pesquisa, bem como a metodologia utilizada e análise dos resultados com considerações propositivas na conclusão.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS

### 2.1 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

O estado se organiza para exercer o poder político de acordo com a forma de governo adotada por cada sociedade. O filósofo grego Aristóteles identifica na evolução histórica do estado, três formas de governo: a monarquia (governo de um só), a aristocracia (governo de poucos) e a república (representante governa em favor do interesse do povo). Além da forma há também o sistema de governo, que pode ser parlamentarista ou presidencialista. O estado brasileiro se organiza com a forma de governo república e sistema presidencialista, no qual as funções de chefe do estado e chefe do governo são exercidas pelo presidente da república, eleito pelo povo (BÄCHTOLD, 2008, p.14 e 15). Com a Constituição de 1988 o Estado Brasileiro foi elevado também à condição de Estado Democrático. A palavra Democracia vem do grego *demos* (povo) *kratos* (poder) e, significa “o povo no poder”, ou seja, ficou garantida constitucionalmente a participação das pessoas. Assim está expresso no artigo 1º da Constituição – “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.<sup>1</sup>

### 2.2 DIVISÃO DOS PODERES

---

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 20 ago. 2008 às 23 h.

Segundo Justen Filho (2005), a teoria dos três poderes foi consagrada pelo filósofo iluminista francês Montesquieu. Seu pensamento foi baseado na obra “Política” de Aristóteles e também na obra “Tratado do governo Civil” de John Locke. Ainda segundo o autor, Montesquieu escreveu o livro “O Espírito das Leis”, no qual explicou a necessidade da divisão dos poderes do estado. Segundo Montesquieu (apud Justen Filho 2005, p.23):

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.

No Brasil a divisão dos poderes é regulada pela constituição de 1988 e compreendem o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Legislativo<sup>2</sup> tem por objetivo legislar e fiscalizar, o Poder Executivo tem por função administrar a coisa pública, enquanto o Poder Judiciário é responsável por julgar, aplicar a lei a um caso concreto que lhe é posto, resultante de um conflito de interesses. Para Justen Filho (2005, p.23) essa divisão “produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o *poder controle o próprio poder*”. \*

Os poderes legislativo, executivo e judiciário, em virtude a abrangência do sistema político do estado brasileiro, acontecem em nível Federal, Estadual e Municipal, e assumem características próprias, de acordo com a esfera em que estão inseridos.

Toda forma de governo ou organização política depende de uma administração pública, onde os governantes cumprem as funções básicas do governo, com o intuito de administrar da melhor forma possível o bem público.

---

<sup>2</sup> O poder legislativo. Disponível em: <http://www.infoescola.com>. Acesso em 20 jun. 2008 às 13h.

\* Ênfase do autor.

## 2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A palavra administração vem do latim *ad* (direção) e *minister* (obediência), ou seja, o administrador dirige obedecendo a vontade de quem o contratou. O administrador público, neste caso, deve atender a necessidade do povo que o elegeu (BÄCHTOLD, 2008, p.18). Para Justen Filho (2005, p. 24) “a Administração é o atendimento concreto dos interesses coletivos”. E atender as necessidades do povo é fortalecer a democracia.

A administração pública é exercida no nível Federal, Estadual e Municipal. Na esfera Municipal a administração é realizada pelos poderes legislativo e executivo. O poder executivo municipal é exercido pelo prefeito de cada município, auxiliado pelo vice prefeito e pelos secretários municipais. O mandato é de quatro anos, podendo haver uma reeleição. Cada município, segundo a Constituição<sup>3</sup> de 1988, é autônomo, sendo responsável pela sua própria organização, administração e arrecadação de impostos. Aos prefeitos cabe a administração dos serviços públicos municipais nas áreas da saúde, educação, transporte, segurança e cultura.

O administrador público deve cuidar do bem público com base em princípios gerais, que devem nortear as funções da administração pública. O princípio da Legalidade, ou seja, a atuação do administrador deve estar em conformidade com a lei. A Impessoalidade, que prevê que toda atividade da administração pública deve ser praticada tendo em vista a finalidade pública. A Moralidade, ou seja, garantir o melhor resultado para a administração. Princípio da Publicidade, onde através da divulgação oficial dos atos da administração pública fica assegurado o seu

---

<sup>3</sup> Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 20 de ago. 2008 às 23h.

cumprimento, observância e controle. A Eficiência, obtenção do melhor resultado com o uso racional dos meios (IURK, 2008, p. 148).

Além destes princípios que estão pautados no artigo 37 da Constituição de 1988, outros princípios norteiam a administração pública, como Presunção de Legitimidade, Finalidade, Auto Tutela, Continuidade do Serviço Público e termos como cidadania e participação se tornaram essenciais para que a administração pública cumpra seu objetivo, o interesse público.

## 2.4 INTERESSE PÚBLICO

Justen Filho (2005, p.37) fala da necessidade de aprofundar o conceito de interesse público e comenta a observação feita por Tercio Sampaio Ferraz Júnior, que coloca esse termo como um “lugar comum”, o que gera uma desvantagem, pois essa palavra pode assumir várias concepções, que não condiz com seu sentido verdadeiro. Sendo assim, o autor propõe fazer uma conceituação negativa, ou seja, indicar o que o interesse público não é, para em seguida determinar aquilo que ele pode ser.

“Interesse Público não se confunde com o interesse do Estado” (JUSTEN FILHO, 2005, p.37). Segundo essa visão do autor é um grande equívoco confundir interesse público com interesse estatal, pois a organização da sociedade e opções políticas podem refletir interesses que não são do Estado. “Interesse Público não se confunde com o interesse do aparato administrativo” (JUSTEN FILHO, 2005, p. 38). Ainda segundo o autor, o estado pode ter interesses de modo semelhante ao sujeito privado, sendo assim, o interesse da administração pública não é público. Entretanto, o estado somente deve realizar o bem comum e atingir a satisfação

geral. “Interesse Público não se confunde com o interesse do agente público” (JUSTEN FILHO, 2005, p. 39). O autor defende de forma enfática que o interesse particular do servidor público não pode interferir no exercício da função que este presta, assim como o governante que tem interesses próprios que jamais devem ser confundidos com o interesse público.

Para Justen Filho (2005, p.39) o conceito de interesse público é colocado como fácil de ser entendido, mas expor seu conteúdo é algo muito difícil. Para ele, interesse coletivo não é sinônimo de interesse público, pois este não é medido quantitativamente, em uma sociedade em que o estado é organizado de forma democrática, não deve ser admitido que somente o interesse da maioria seja atendido, isso significaria a destruição dos interesses da minoria. No intuito de tentar explicar o interesse público, o autor propõe:

“O Interesse Público como resultado e não como pressuposto da decisão” (JUSTEN FILHO, 2005, p. 45). Não se pode admitir que uma ação possa ser de interesse público, antes de ser posta em prática, pois não existe nenhum caráter pré determinado que possa qualificar o interesse como público. “O processo de democratização conduz à necessidade de verificar, em cada oportunidade, como se configura o interesse público” (JUSTEN FILHO, 2005, p.46).

Desse modo, o autor coloca que o interesse público não é o interesse da maioria, nem mesmo o da minoria e que os representantes políticos não podem legitimar suas ações, tendo apenas o interesse público como conveniência, mas devem apoiar-se em um enfoque ético. “(...) a atividade administrativa tem de legitimar-se como via de realização dos interesses de todos os seres humanos” (JUSTEN FILHO, 2005, p.47).

Uma ação não se justifica como de interesse público se não vier amparada pela democracia e como resposta aos debates realizados na sociedade, ou seja, oportunidade para que os cidadãos discutam, avaliem e tomem decisões, inseridos em um contexto baseado na ética, transparência, respeito, imparcialidade e responsabilidade.

Mas no Brasil muitos administradores da área pública realizam ações tendo como justificativa o interesse público, mas não promovem esse cenário de participação, próprio da democracia, sendo assim, servem a grupos de seu interesse. Segundo Braybrooke (1967, p.147): “Nosso sistema político serve a uma variedade de grupos de interesse, mas não funciona bem servindo grupos que não sejam evidentemente úteis aos políticos que buscam maiorias”.

Esta contradição entre a teoria (constituição de 88) e a prática no Brasil reflete um país carente da consciência de seus direitos. E a comunicação é determinante para transformar esta realidade, ajudando a formar cidadãos cientes de que em uma sociedade democrática, eles têm o direito e o dever de participar das decisões que afetam a vida do país, estado ou município. A comunicação, neste caso, não pode ser omissa, passiva e congruente com uma política que não vise o bem comum.

## 2.5 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Os termos cidadania e participação são comumente usados nos discursos do contexto político, principalmente associados à palavra democracia.

Luiz Flávio D’Urso<sup>4</sup> define cidadania “como um status jurídico e político mediante o qual o cidadão adquire direitos civis, políticos e sociais; e deveres (pagar

---

<sup>4</sup>URSO, Luiz Flávio. **A construção da Cidadania.** Artigo disponível em: [http://www.oabsp.org.br/palavra\\_presidente/2005/88/](http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/). Acesso em 23 jun. 2008 as 19 h

impostos, votar, cumprir as leis) relativos a uma coletividade política, além da possibilidade de participar na vida coletiva do Estado. Esta possibilidade surge do princípio democrático da soberania popular”.

Pode-se observar que a definição de cidadania abarca as palavras participação e democracia. A democracia se fortalece quando os indivíduos exercem sua cidadania, ou seja, quando participam da administração pública de seu país, estado ou município.

Exercer plenamente a cidadania consiste em participar ativamente das decisões da comunidade, da cidade, do Estado e do país; propondo soluções para os problemas em todos os âmbitos do convívio social. Quanto mais consolidada estiver a cidadania no Brasil, mais chance teremos de ter um país justo e igualitário para todos os brasileiros.<sup>5</sup>

Para exercer a cidadania a pessoa precisa participar das decisões que envolvem a vida em sociedade. Mas de que forma essa participação acontece? Para Gutierrez, apesar de o significado da palavra participação ser bem conhecido, compreender o conceito de participação nas várias perspectivas, é bastante complexo. O autor coloca em termos gerais que “participar faz referência à possibilidade de um indivíduo incorporar as práticas e características de um grupo mais amplo, de forma a vir a ser reconhecido e aceito como parte ou membro dele” (GUTIERREZ, 2004, p. 7).

Tendo como referência a citação acima, o indivíduo para participar, deve primeiramente fazer parte da sociedade, ser reconhecido e ter consciência de seus direitos e deveres. Para Duarte (2007, p.101), “participação é o componente indispensável do processo de construção da cidadania (...)”. E sob esta visão,

---

<sup>5</sup> URSO, Luiz Flávio. **A construção da Cidadania**. Artigo disponível em: [http://www.oabsp.org.br/palavra\\_presidente/2005/88/](http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/) . Acesso em 23 jun. 2008 às 19h.

(FARAH apud ANDRADE, 2003, p.26) defende a importância da criação de mecanismos políticos que permitam que um número maior de pessoas participe da tomada de decisão, e, esses mecanismos ainda segundo o autor, devem ser elaborados com a participação de todos. Propiciar essa oportunidade aos cidadãos é papel da administração pública, que tem por objetivo o interesse público, uma vez que é pautada em ideais democráticos. “Espera-se que as pessoas sejam consultadas, dentro de limites, antes que se tome qualquer decisão política ou até mesmo administrativa. É o que se espera de alguém atual, democrático e justo” (GUTIERREZ, 2004, p.9).

Para Andrade, o cidadão deve buscar exercer seus direitos de participação na administração pública e, por outro lado, os governantes devem propiciar essa participação.

É preciso que os cidadãos tenham exato conhecimento de seus deveres e direitos da cidadania, participando com seu interesse, cooperação, voto, crítica, sugestão e trabalho das atividades e processos da Administração Pública. Por outro lado, os governantes municipais têm a obrigação de facilitar essa aproximação e colaboração de seus governados, para que todos possam realmente, influir nas decisões oficiais (ANDRADE, 1983, p.138).

O estado democrático só se efetiva realmente se propiciar aos cidadãos a participação e o despertar da cidadania. “Para que serve a democracia se as decisões estão sendo tomadas em arenas em que o cidadão não tem influência?” (OFFE apud ANDRADE, 2003, p.28). A constituição de 1988 garante o direito à participação do brasileiro na vida política de seu país, e, essa participação muitas vezes é resumida no direito de votar e, tão importante quanto escolher quem governa o país, estado ou município, é ser ativo na administração pública. Ou seja, participar de decisões que afetam a vida de toda a comunidade. “A maturidade da

cidadania tem que ir mais além. Sua participação na coisa pública não pode extinguir-se com o exercício da escolha dos governantes e legisladores. Precisa tornar-se permanente” (POYARES, 1998, p.171).

Essa realidade que garante o fortalecimento da democracia passa necessariamente por um processo de conscientização, de que é o cidadão e somente ele que decide em uma sociedade democrática. Este processo exige que mecanismos sejam propiciados à comunidade. Esses mecanismos primeiramente focalizam a conscientização e depois viabilizam a participação efetiva. Para Poyares (1998, p.178), a comunicação fortalece e amplia as manifestações e a participação dos cidadãos. Sendo assim, a comunicação é fator que garante à criação de mecanismos que favorecem a democracia, estabelecendo relações entre as pessoas e à administração pública, para que esta atinja o objetivo comum.

A política acontece na comunidade e para a comunidade e o administrador do bem público tem a obrigação de atender as demandas da sociedade, pois trabalha para os cidadãos, e a estes deve obedecer. Mas é necessário compreender também que a cidadania não acontece somente na relação com o estado e no reconhecimento deste sobre os direitos das pessoas, mas é algo que deve emergir da própria sociedade (DAGNINO, 1994, p.109).

A autora enfatiza ainda a carência que o Brasil vive no que diz respeito a uma democracia nas classes sociais, que é viabilizada por esta nova noção de cidadania, que vem de baixo para cima. Essa visão de Dagnino é encontrada em Duarte:

A passagem da democracia política para a democracia social consiste na extensão do poder ascendente, que até agora havia ocupado quase exclusivamente o campo da grande sociedade política, para o campo da sociedade civil e suas muitas articulações (instituições educacionais, empresas, associações etc.) (DUARTE, 2007, p.100).

Para que esse direito se efetive e de fato a cidadania promova o espaço democrático dentro da sociedade, Dagnino (p.284) defende ser necessária uma qualificação por parte dos representantes da sociedade, ou até mesmo da própria sociedade, para que possam realmente participar da tomada de decisão. Além de uma qualificação técnica, que pode ser entendida segundo a autora como a capacidade de entender uma planilha de custos, um orçamento, há uma outra necessidade que se impõe, “o conhecimento sobre o funcionamento do Estado, da máquina administrativa e dos procedimentos envolvidos” (DAGNINO, p.284). Pois, esta nova cidadania incita novas expectativas: “O novo cidadão busca reivindicar não somente os direitos de ascender e pertencer ao sistema sociopolítico, como também o direito de participar na elaboração do sistema, definindo, portanto, aquilo de que deseja fazer parte” (DUARTE, 2007, p.104).

A afirmação de Duarte remete diretamente ao pensamento de Dagnino, este sugere que a cidadania não se limita a direitos reconhecidos pelo estado e Duarte expõe que o cidadão deve ser ativo na elaboração do próprio sistema. Ou seja, o cidadão não deseja somente ter direitos sobre um modelo de sociedade estabelecida, mas anseia também participar da remodelagem desta sociedade.

Um bom exemplo de participação popular na administração pública, ocorre na cidade de Porto Alegre, através do chamado Orçamento Participativo.

Resumidamente, o Orçamento Participativo é um mecanismo de democratização da política orçamentária estatal. No caso, os cidadãos se reúnem em assembleias públicas nas quais avaliam a gestão municipal, elaboram propostas de acordo com as suas demandas e deliberam sobre a utilização dos recursos públicos (GUGLIANO, 2007, p.263).

Segundo o autor, o Orçamento Participativo proporciona não só a discussão sobre o quanto vai ser investido, mas também aonde serão realizados estes

investimentos, neste caso, esse mecanismo tem seu ápice no debate público, com o intuito de atender o interesse coletivo. “Em poucas palavras, esta é uma forma através da qual a população delibera sobre uma parte da gestão pública e os dirigentes estatais executam a vontade popular” (GUGLIANO, 2007, p.265).

“Executar a vontade popular”. Tal afirmação exemplifica o escopo democrático, “*do povo, pelo povo e para o povo*”. Uma vez que é o cidadão que tem o poder dentro da democracia, é ele quem constrói o modelo de sociedade, e atinge esse patamar com o exercício da cidadania.

A comunicação para Duarte (2007, p.105) “é o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado da cidadania”. O autor vê a comunicação como um processo que deve promover a interação, com agentes ativos que são receptores e emissores ao mesmo tempo. Para o autor, o direito à comunicação passa obrigatoriamente pela participação do cidadão. A comunicação na administração pública não tem somente o dever de informar, mas também de promover o debate na sociedade, para que as decisões emanem do povo, e assim seja possível construir a nova cidadania, que vem de baixo para cima, enfatizada por Dagnino e, exemplificada através do Orçamento Participativo. A citação de Duarte traz a noção desta nova cidadania promovida pela comunicação.

A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva (DUARTE, 2007, p.113).

## 2.6 COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Comunicação e política são áreas que despertam o interesse em vários estudiosos, que buscam analisar no contexto histórico a forma de interação que predominou e ainda predomina entre elas.

Para dar início a esta análise é preciso aprofundar os conhecimentos sobre os conceitos de política e comunicação. “A política<sup>6</sup> foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros”. Ou seja, a política pode ser compreendida como decisões a serem tomadas em um país, estado ou município e, essas decisões devem ser tomadas em comum com todos os cidadãos. A palavra comunicação vem do latim (*"communicare"*) e significa tornar comum, ou seja, a comunicação se efetiva quando as pessoas estão no mesmo patamar de conhecimento sobre determinado assunto. Sendo assim, a comunicação propicia às pessoas a participação na tomada de decisão na área política, uma vez que deixa a administração pública e cidadãos no mesmo patamar de conhecimento, ou seja, elas passam a ter consciência de seus direitos e exigem ações que atendam ao interesse público.

Na citação a seguir, Rubim (2000, p.18) aponta o contexto do nascimento da política e também o momento em que a interação com a comunicação se torna necessária.

A política nasce como prática específica de resolução da questão do (poder) político, que requisita a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo da sociedade, conforme a sutil definição e distinção de Cornelius Castoriadis entre político e política. Também Hannah Arendt e Norberto Bobbio poderiam ser facilmente evocados para afirmar a “dignidade da política” e a origem grega do entrelaçamento entre política e comunicação, pois a comunicação nesta circunstância, torna-se momento necessário da resolução da questão do

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, Wesley. **Conceito da Palavra Política**. Paradoxo? Artigo disponível em: <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1699832-conceito-da-palavra-politica-paradoxo>. Acesso em 24 jun. 2008 as 14 h.

poder político, não mais adstrito ao regime da violência e ao registro de alguma autoridade inquestionável.

A relação entre comunicação e política surgiu como uma necessidade de organizar a vida em sociedade, resolver a questão do poder e para que as pessoas fossem membros ativos na tomada de decisão. Mas esta relação ao longo do período histórico nas palavras de Maria Helena Weber podem ser assim resumidos: “Historicamente, a complexa conexão entre política, poder e comunicação tem sido utilizada para legitimar e formar imagens convenientes de governos e instituições, especialmente as políticas e as religiosas” (WEBER, 1994, p.145). No Brasil, os regimes autoritários, principalmente o regime militar se utilizou muito da comunicação para legitimar seu poder.

Nesse período da história brasileira, a realidade nacional assumiu as formas permitidas pela simulação. Os acontecimentos nacionais eram registrados, divulgados e promovidos segundo os interesses políticos da classe dominante e as metas do regime militar (WEBER, 1994, p.150).

A análise que se segue tem a intenção de averiguar a relação Comunicação e Política nos regimes autoritários (1930 – 1945), (1964 – 1984) e também na redemocratização (1985).

## 2.7 COMUNICAÇÃO NOS REGIMES AUTORITÁRIOS E NA REDEMOCRATIZAÇÃO

O enlace comunicação e política, durante os períodos autoritários no Brasil resultou em manipulação do povo, através de propagandas, como pode ser observado na citação a seguir:

A técnica principal da propaganda política autoritária visa apresentar o governo como intérprete das idéias, dos interesses, dos valores populares, exaltando seus esforços para responder às aspirações do povo, que só ele pode entender e interpretar, e viabilizar seu futuro. As contradições entre Estado e sociedade são ocultadas e os interesses particulares das classes dominantes são ideologicamente transformados em interesses de toda a sociedade. (WEBER, 1994, p. 145).

Esse enfoque da comunicação com predominância de propagandas foi verificado durante o Estado Novo (1937). Nesta época o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda - implantou a prática do populismo e legitimou a existência do Estado e do regime através de mecanismos de manipulação, pois assegurava seu ideal disfarçado nos ideais da sociedade. Para Faro (1980, p. 89):

O DIP, portanto, coroava um processo ascendente de manipulação que visava a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.

O projeto de comunicação do DIP surge para reforçar os ideais e filosofias do governo num ambiente de extrema insegurança política, pois nesta época o Brasil vivia uma crise hegemônica que se caracterizava pelos interesses dos vários grupos que compunham a sociedade naquele momento. Diante desse quadro, o governo buscou sua própria legitimidade através do populismo e, para tanto, utilizou uma comunicação persuasiva para conseguir a adesão das pessoas às reformas que estavam sendo propostas. “Assim, portanto, a prática do populismo não era um ato de vontade ou de sagacidade política dos governantes, mas uma necessidade objetiva que garantisse o equilíbrio do poder...” (FARO, 1980, p. 85 e 86).

Durante o período militar que se iniciou em 1964, a comunicação foi estruturada de forma a legitimar o regime e garantir os interesses do governo. Na

citação de Weber é possível compreender a grande importância dada à comunicação neste período.

“Dentre todos os governos brasileiros que se preocuparam com a comunicação, foram os militares que alcançaram os maiores índices de modernização do uso da comunicação como suporte de projetos estratégicos” (WEBER, 1994, p.147).

A AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, instituída durante o governo Costa e Silva e consolidada no governo do General Médici, tinha por objetivo legitimar o governo. A importância da AERP nesta época, culminou com o 1º Seminário de Relações Públicas do Executivo, que aconteceu em Brasília entre os dias 30 de setembro a 05 de outubro de 1968 e que resultou em um documento. Segundo Chaparro<sup>7</sup>: “As conclusões e recomendações do Seminário de 1968 formam, no seu conjunto, um programa de Relações Públicas, para a adesão popular à imagem e às “verdades” do governo, que se pretendia patriótica, desenvolvimentista e humanista”.

A comunicação no governo Médici se caracterizava de forma persuasiva, não existindo participação, a intenção era obter a adesão da população aos ideais do Estado e, vender imagem positiva. Segundo Matos (1999, p.62):

Para revestir o projeto do governo autoritário de “participação popular”, foram veiculadas campanhas que apresentavam finalidades sociais, educativas e democráticas, visando atuar com persuasão sobre o comportamento dos cidadãos e, mais ainda, veiculando ao mesmo tempo a imagem de um país em construção, em desenvolvimento, processo no qual a participação do cidadão na simples forma de adesão, era fundamental.

---

<sup>7</sup> CHAPARRO, C. **Mídia, Jornalismo e Atualidade**. Artigo disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br>. Acesso em 04 jun. 2008 às 16h

Foi durante o governo do general Médici que a comunicação pela primeira vez foi introduzida como conceito, abrangendo relações públicas, jornalismo e propaganda (WEBER, 1994, p. 147) e apesar desse governo ser um dos mais violentos do período militar, adquiriu enorme popularidade, devido à forma de comunicação utilizada.

O governo do general Emílio Médici atingiu níveis elevados de inovação e produção da comunicação, nos planos teórico e técnico. Essa foi utilizada de maneira estratégica e apoiada na ideologia da segurança nacional, visando estimular as idéias de (re)construção do País e de elevação do nível de vida de seus habitantes” (WEBER, 1994, p.148).

Em 1974 (governo Geisel) a AERP foi substituída pela Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, neste período a comunicação enfatizou o aspecto jornalístico e não mais privilegiou o conceito de vender imagem positiva, iniciava-se o ciclo de distensão da política de comunicação (TORQUATO, 2004, p.17).

O governo Figueiredo ampliou a abertura política do país, mas aprofundou a crise econômica. Em 1979, a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas foi substituída pela Secretaria de Projetos Especiais e situava-se dentro da SECOM – Secretária de Comunicação, que surgiu com o propósito de restabelecer a liberdade de imprensa. A citação a seguir exemplifica como a SECOM pretendia desenvolver seu projeto de comunicação diante do momento histórico que o Brasil presenciava.

Ampla divulgação das informações não-sigilosas, sinceridade no tratamento com a imprensa etc, passaram no início a compor o novo quadro do comportamento oficial em relação aos meios de comunicação, não sem uma dose de espanto por parte de uma comunidade acostumada ao longo de muitos anos ao mutismo exacerbado (FARO, 1980, p.92).

O Brasil vislumbrava uma abertura democrática, mas os ideais que ainda prevaleciam eram do autoritarismo do regime militar. Diante desse cenário o

sistema de comunicação do governo, na visão de Faro: “tornou-se híbrido, equilibrado entre as necessidades de manutenção do autoritarismo e os projetos de liberalização”. (FARO,1980, p. 92). Mas diante de um quadro de crise econômica, novamente a comunicação se voltou para o aspecto persuasivo, “a saída tem sido a propaganda ostensiva que consuma, ou pelo menos tenta consumir, a comunicação oficial como forma de controle social” (FARO, 1980, p.93).

Já no período de redemocratização no Brasil o governo queria se desvincular dos planos de comunicação utilizados durante o regime militar e pretendia criar uma identidade para o governo civil baseado na participação popular. Matos (1999, p.62) enfatiza:

A idéia era a de evitar a persuasão, o ufanismo, o personalismo e as marcas do discurso autoritário que remetessem diretamente ao período anterior. O valor dado ao tema: “Cidadania e Justiça” demonstra essa preocupação de criar a comunicação imbuída de ideais democráticos.

Para instaurar esse novo período e divulgar ideais democráticos, a comunicação no governo Sarney (1986) utilizou filmetes, que abordavam temas voltados a problemas sociais e direitos das pessoas, com a intenção de obter a confiança pública (MATOS, 1999, p.62).

Neste governo foi lançado o Plano Cruzado e era preciso que o povo acreditasse no ideal de um novo momento para o Brasil, mas com o insucesso do Plano, as estratégias de comunicação novamente precisaram ser modificadas, pois deviam atender a uma nova fase da administração pública. Neste período, o marketing eleitoral ganhou ênfase e foi criada uma Comissão Especial de Comunicação, com status de consultoria. Essa Comissão, nas palavras de Torquato (2004, p.19), tinha o objetivo de “ajudar o governo a estabelecer a política e as diretrizes de comunicação com a sociedade”. Mas segundo o autor esta Comissão

deixou de existir algum tempo depois, não devido à falta de idéias para a comunicação, mas pela falta de projetos viáveis para a administração da conjuntura.

O governo de Fernando Collor de Melo foi invadido por um grande sistema de marketing, apoiado na imagem do próprio presidente que exibía um perfil de esportista, atlético, ginasta exuberante, capaz de fazer *coopers* quilométricos, arrastando admiradores pelo Brasil inteiro (TORQUATO, 2004, p.19).

Este período representava para o povo brasileiro um período de transformação. Era possível até vislumbrar um governo voltado a atender as expectativas das pessoas. A comunicação neste momento poderia integrar a administração pública e os cidadãos, mas os meios utilizados não visavam estabelecer um diálogo com a sociedade.

Apesar de a Constituição Brasileira de 1988 elevar o Brasil a Estado Democrático e assim, garantir as pessoas o direito à participação, isso não acontecia na realidade. Se o direito a votar foi preservado, o direito a participar da tomada de decisão durante a gestão foi esquecido. E a comunicação foi reduzida a “vender “ uma imagem positiva do governo, como no período ditatorial.

A citação de Weber mostra a seguir o objetivo da comunicação nas democracias e em regimes autoritários.

Nas democracias, a comunicação tem como objetivo criar meios necessários para que os cidadãos ouçam e opinem, visando transformar ações e informações sociais em interesses e ações políticas. Nos regimes autoritários, a função da comunicação, embora possa ter a mesma ênfase e estética, não prevê espaço para o falar social; ao contrário, ela garante a continuidade do poder do arbítrio e o controle político e econômico da sociedade (WEBER, 1994, p.152).

Tendo como base estas palavras, é possível concluir que a comunicação praticada durante a redemocratização mais se aproximou da comunicação dos regimes autoritários, pois não abriu espaço para ouvir a opinião dos cidadãos.

O presidente Collor sofre um *impeachment* e em seu lugar assume o vice presidente Itamar Franco. Matos (1999) observa que houve um retrocesso no estilo de marketing adotado pelo presidente anterior. Em contrapartida, a gestão seguinte assumida por Fernando Henrique Cardoso se caracteriza por uma comunicação governamental apoiada no marketing eleitoral onde a visão mercadológica invade o cenário político e cidadãos são tratados como meros consumidores. “(...) questões de interesse público são mostradas como um produto a ser vendido para a sociedade civil (...)” (Matos, 1999, p. 64). Ou seja, o cidadão tem uma atitude passiva e, não participa do processo de gestão.

A relação comunicação e política surgiu de uma necessidade de interação com a sociedade, uma vez que a política carece da participação das pessoas, pois deve atender as demandas do povo. Mas ao longo do período histórico, segundo Rubim, a “comunicação foi percebida e utilizada como mero instrumento do campo político” (RUBIM, 2000, p.19). Assim, essa relação afetou de forma negativa a própria sociedade. “Desde tempos imemoriais, a política tem sido um exercício de sedução. Na expressão do poeta Ovídio, “governar é mais seduzir do que convencer”. Seduzindo, Hitler transformou-se no maior carrasco da história contemporânea” (TORQUATO, 2004, p.248). Através desta citação é possível identificar a relação que predominou entre comunicação e política e também reafirmar as palavras de Rubim, que coloca a comunicação ao longo do período histórico como um instrumento da política.

A comunicação na administração pública deve resgatar o indivíduo e torná-lo ativo no contexto político. Flávio Schmidt<sup>8</sup> afirma:

A comunicação do serviço público deve ser voltada para informação à população de forma transparente, garantindo o acesso de todos ao que acontece na administração pública e colaborando para a formação e ampliação da consciência da cidadania.

Despertar a consciência cidadã nas pessoas é fator primordial para atingir uma sociedade democrática, pois a consciência desperta um compromisso do cidadão para com a sociedade. Mas para atingir este patamar de participação é preciso que as pessoas tenham conhecimento de seus direitos e acesso à administração. Isso se torna possível através de uma comunicação voltada para os interesses coletivos, que estabeleça um diálogo com as pessoas.

O Brasil, sendo uma república democrática, deve atentar para que a administração pública atenda ao interesse público. Mas em “nome do povo”, são tomadas muitas decisões, através de leis ou projetos, que não correspondem a esse princípio. “Fosse o país administrado sob a rigidez desse princípio basilar da democracia, teríamos seguramente maiores índices de satisfação e bem-estar social” (TORQUATO, 2004, p. 263).

Este cenário aponta para a necessidade de proporcionar um espaço de participação para o cidadão, para que ele expresse sua opinião e vontade e assim tenha suas demandas atendidas. Nesse contexto, a comunicação pública se apresenta como o espaço do debate público e da tomada de decisão em favor da sociedade, e as relações públicas através de seus mecanismos disponibilizam os meios pelos quais essa participação se efetiva.

---

<sup>8</sup>SCHMIDT, Flávio. **A Era da Transparência nas Relações Governamentais e Institucionais**. Artigo disponível em: <http://www.proimagem.com.br/textos/artigos.htm>. Acesso em 21mai. 2008 às 18h

## 2.8 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E AS RELAÇÕES PÚBLICAS

A comunicação fortalece a democracia ao proporcionar às pessoas o pleno exercício da cidadania, através de mecanismos que viabilizem a participação, a negociação e a tomada de decisão. A seguir, propõe-se uma reflexão sobre a comunicação pública, a comunicação na administração pública e, em seguida uma análise da contribuição das relações públicas.

### 2.8.1 Comunicação pública

Os primeiros estudos na área foram realizados pelo francês Pierre Zémor, que em 1995 lançou um livro no qual formulou praticamente uma base teórica para o assunto. A tradução resumida deste livro para a língua portuguesa ocorreu no ano 2000, por Elizabeth Brandão.

Muitos profissionais no Brasil têm se dedicado a estudar e conceituar a comunicação pública, embasados pela teoria de Zémor. Alguns dos pensamentos dos principais autores que discorrem sobre o assunto, incluindo Brandão, se encontram no livro intitulado: Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público, organizado por Jorge Duarte.

O conceito de comunicação pública, segundo a visão de Brandão, não está definido, pois seu termo é usado com diferentes significados, de acordo com o autor ou mesmo com o país. Mas, segundo a autora existe um denominador comum para os diversos sentidos do termo, “que é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2007, p.9). Na

mesma direção Matos relaciona comunicação pública com democracia e cidadania e coloca a comunicação pública “como um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima” (MATOS, 2007, p.49). E é sobre este enfoque que o conceito de comunicação pública vem sendo construído no Brasil.

Compete agora, para uma melhor compreensão da comunicação pública, fazer uma comparação, entre esta, e as outras formas de comunicação: governamental e política.

A comunicação governamental compreende:

(...) todas as atividades e ações desenvolvidas pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e Municipais e pelos seus órgãos (secretarias, ministérios) e empresas no sentido de colocar-se junto à opinião pública, democratizando as informações de interesse da sociedade e prestando contas de seus atos<sup>9</sup>.

Como se pode observar na citação acima é a comunicação de prestação de contas, visando à publicação. Segundo Brandão (2007, p.10) “a comunicação governamental no Brasil foi, historicamente, de natureza publicitária, isto é, de divulgação de suas ações e utilizou preferencialmente a propaganda com veiculação na grande mídia”.

A comunicação política, por sua vez, na visão de Monteiro (2007, p.38), “está ligada diretamente aos processos eleitorais, sendo, portanto, aquela praticada por candidatos e por partidos políticos, e dirigida aos seus eleitores”. Esta forma de comunicação visa ações esparsas, pois é limitada a certos períodos, além de transformar o eleitor em apenas espectador.

---

<sup>9</sup>Comunicação Empresarial on-line. Conceito Comunicação Governamental. Disponível em: <http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/conceitos/comunicacaogovernamental.php>. Acesso em 29 mai. 2008 às 21h.

Na tentativa de definir a comunicação pública e a diferenciá-la das outras modalidades de comunicação, Monteiro (2007, p.36), explica que o processo composto por emissor, mensagem, meio e receptor, acontece com muitas singularidades na comunicação pública: A mensagem é imbuída de interesse geral, os meios utilizados favorecem o debate, a troca de idéias e, são instrumentos de construção da cidadania. Outro aspecto peculiar, ainda segundo o autor, é o receptor, percebido como cidadão.

A comunicação pública tem sua legitimidade no interesse geral, prestando informações com transparência e visando a participação do cidadão. “Uma vez que a Comunicação Pública baseia sua legitimidade no receptor, ela é uma verdadeira Comunicação, a autêntica, isto é, aquela praticada nos dois sentidos com um cidadão ativo” (ZÉMOR, 2003, p.84).

Monteiro enfatiza ainda que a relação entre emissor e receptor na comunicação pública requer um tempo maior para se consolidar, pois além de informar, seu objetivo é “qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (2007, p.40). Ao contrário das campanhas de publicidade institucional ou mesmo das propagandas dos candidatos, que tem características imediatistas, pois seus efeitos devem ser contabilizados quantitativamente pelos *clippings* e pesquisas de opinião.

A comunicação é fundamental para o processo de mudança política, pois é através dela que se efetiva o diálogo entre as instituições e as pessoas e se viabiliza a participação. Pois os serviços oferecidos pelas instituições públicas não devem ser impostos aos cidadãos, nem mesmo expostos para a venda, pois a relação que existe entre esses públicos pressupõe a participação de ambos no processo decisório. Para Zémor (2003, p.81):

Os casos apresentados em uma administração pública demandam um tratamento personalizado. O serviço deve ser ajustado, a aplicação das regras adaptadas ao interlocutor, os procedimentos corrigidos em seus detalhes. O serviço é, desta forma, quase que co-produzido com o usuário, o reclamante. A troca e a comunicação fazem parte integrante do serviço finalmente prestado.

Segundo o autor ainda, a comunicação pública se situa no espaço público e sob o olhar do cidadão, tem sua legitimidade no interesse geral, presta informações com transparência, propicia o debate público, com o objetivo de atender o interesse geral. “A Comunicação Pública ocupa, portanto, na comunicação natural da sociedade, um lugar privilegiado ligado aos papéis de regulação, de proteção ou de antecipação do serviço público” (ZÉMOR, 2003, p. 76).

Ou seja, está necessariamente ligada à finalidade das instituições públicas e, portanto suas funções devem atender aos interesses gerais dos cidadãos. E, isso implica prestar contas, levar o conhecimento, informar, ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações, assegurar a tomada de consciência do cidadão enquanto ator, bem como acompanhar as mudanças comportamentais e da organização social.

Essa comunicação prevê a participação de todos os cidadãos e, assim, os tornam co-responsáveis por todas as ações realizadas através do governo. Neste sentido a comunicação pública contribui para um contexto político mais justo e democrático. Segundo Andrade (1983, p. 48), a democracia está estritamente ligada com a participação dos cidadãos, explicando que:

O poder público depende do consentimento dos membros do povo frente às políticas governamentais. Em última análise, o governo democrático é produto das opiniões e atitudes do povo, as quais, por sua vez, resultam das informações que lhe são fornecidas.

Duarte (2007, p.59) em um de seus artigos enfatiza a importância dos instrumentos de comunicação pública no sentido de propiciar esta participação e, ressalta que o uso desses instrumentos, para atingir seu objetivo, deve levar em consideração às características e necessidades dos cidadãos. E sobre isso o autor (2007, p. 68) afirma:

Quaisquer instituições, ao lidar com o interesse público, devem fazer esforços para se adaptar às possibilidades do cidadão, criando mecanismos adequados à situação de cada interessado. Para subsidiar o planejamento e definir os instrumentos que irão formalizar a intencionalidade da ação, é fundamental conhecer características, interesses, expectativas e possibilidades dos públicos.

Tendo como base o conteúdo exposto, verifica-se que a comunicação pública não se resume em estratégias imediatistas que visam convencer os cidadãos, mas é todo um processo que visa o interesse público, a transparência da atuação governamental e a oportunidade de participação das pessoas. Expressão da própria democracia, como já assegurava Coqueiro: “Em um regime democrático, o governo deve representar a vontade do povo, necessitando conhecer os seus desejos e anseios (...)” (1972, p.165). Neste sentido, é possível afirmar a urgência de uma comunicação ética no governo, capaz de envolver o cidadão na vida pública.

### **2.8.2 Comunicação na administração pública**

Com a constituição de 1988, a administração pública passou a ser pautada em princípios, que têm por finalidade o interesse público e é neste cenário que se configura o processo democrático, este, concretizado pela cidadania. Para Paulo Freire (apud Duarte 2007, p.95), “a essência da democracia está na participação

popular, no poder de decisão ou opção dos cidadãos”. E isso só é possível estabelecendo um diálogo com a sociedade, ou seja, um processo de interação entre a administração pública e os cidadãos. “Quando uma administração assume suas responsabilidades e responde por elas, prestando contas aos cidadãos e abrindo canais de escuta e diálogo, a dimensão da cidadania se refaz” (Maria Rita Kehl, 2001, p.67). E, a esse respeito, Duarte (2007, p.105) afirma: “A comunicação é hoje o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado da cidadania”.

No entanto, o que se observa no cenário da administração pública do país não é uma prática de comunicação voltada a atender as demandas de uma sociedade democrática, mas são ações que visam o cidadão somente como receptor. Tal observação pode ser encontrada nas palavras de Duarte (2007, p.112): “Na área pública, apesar da grande ampliação dos sistemas de comunicação do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, nos últimos anos, a prioridade ainda continua sendo a divulgação (...)”.

Note-se que o problema, na visão do autor, não está na estrutura física, pois os próprios avanços da tecnologia garantem que novos sistemas de comunicação possam ser utilizados na administração pública. Trata-se então de compreender a comunicação como um processo, no qual o cidadão também se torne um emissor e, possa expressar sua vontade. Todavia, é necessário perceber a realidade da sociedade e disponibilizar canais em que as pessoas tenham acesso. Por exemplo, a internet, é defendida como um meio de “democratizar a informação”, no entanto, para cumprir esse objetivo, ela deve atingir todas as pessoas da comunidade, e, essa não é a realidade no Brasil.

O próprio Duarte (2007) coloca que para garantir a existência social, não basta ter a existência física, mas é preciso ter a existência pública. Logo, é necessário ter acesso, circular e participar da administração de seu país, estado ou município. Neste caso, a comunicação precisa promover todo esse contexto de participação, com foco em um cidadão consciente de seus direitos, capaz de transformar a própria realidade. Esse enfoque da comunicação não constrói um cidadão passivo ou um mero receptor. Segundo Farah (apud Fossatti 2006, p.35), “o cidadão precisa ter consciência da necessidade de compartilhar ativamente das discussões de sua comunidade, seja qual for a forma adotada na defesa dos interesses da sociedade”.

Compreender a importância da comunicação na administração pública é compreender a importância do exercício da cidadania para a democracia. Portanto, é imprescindível estabelecer uma comunicação que se faça para a sociedade e em meio a ela.

### **2.8.3 Relações públicas no contexto da comunicação pública**

A comunicação pública, como já apresentada anteriormente, se situa no espaço público, promove o debate e, portanto, responde a essa demanda de participação, tão necessária para a consolidação da democracia no meio político.

Para Matos apud Fossatti (2006, p.121):

(...) seria vantagem pensar a comunicação pública no âmbito da construção política, ou seja, como um campo de negociação pública, onde medidas de interesses coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima.

Fica, pois, claro que a comunicação pública tem como prioridade a defesa do interesse público, através da ampliação do espaço destinado à participação popular. E este processo exige um conhecimento da comunidade e uma relação direta com os cidadãos, o que na visão de Simões (apud Fossatti 2006, p.31), realiza-se pela prática de relações públicas.

Freitas (2002, p.165) comenta a obra de Peruzzo, que enfatiza uma acepção das relações públicas preocupada em conscientizar e, promover a desalienação e o fim da dominação. Tal observação evidencia que as relações públicas inseridas no contexto da comunicação pública podem delinear os caminhos para uma sociedade mais democrática e preocupada com o bem estar do povo. E segundo Fossatti (2006, p. 120):

As relações públicas, por ser uma atividade inerente ao processo de comunicação, têm um envolvimento direto e bilateral entre os públicos e, além de diminuir as distâncias entre o poder público e o cidadão, amplia o espaço de discussão da esfera pública (...).

Para promover esse ambiente de interação entre governantes e governados, Andrade (1983, p.53) cita quatro elementos apresentados por Pan Dodd Eimon para as relações públicas no ambiente governamental: adequada compreensão pública a respeito das funções governamentais; informações contínuas sobre atividades da administração; canais de comunicação mediante os quais o cidadão possa influir na política e ação do governo; e canais de comunicação pelos quais o cidadão possa ser alcançado pelos representantes da administração.

As relações públicas se inserem na administração pública como um fator essencial para promover uma relação positiva e duradoura com a comunidade. Os quatro elementos citados por Andrade são conduzidos segundo um planejamento em longo prazo, vista a função estratégica das relações públicas, que dispõem de

recursos, canais e meios que possibilitam a comunicação entre o governo e as pessoas. Segundo Andrade (1983, p.49), é direito de todo cidadão poder contar com meios eficazes para expor sua opinião aos governantes.

É através da prática de relações públicas que se estabelece ações comunicativas, necessárias para implantar e manter um diálogo entre o povo e a administração. Essa função mediadora de RP remete diretamente a uma gestão participativa e sua característica, segundo Fossatti (2006, p.167), está em desenvolver o processo participativo, relacionar-se com os públicos e garantir o direito à informação a todo cidadão. E, segundo Andrade (1983, p.56), relações públicas “é ponte e traço de união, é instrumento de diálogo, de abertura, de comunicação”. Essa observação do autor reafirma a função mediadora de RP, que em uma administração garante uma gestão mais participativa.

Sabe-se que a administração pública acontece nos três níveis, federal, estadual e municipal, mas é em nível Municipal que se apresenta a maior oportunidade de a administração manter por meio das relações públicas, um contato mais próximo com o cidadão, como afirma Jameson (1965, p. 264):

(...) é no plano municipal que o governo pode realizar de maneira mais efetiva essa tarefa de comunicação, já que o tamanho reduzido do público facilita o intercâmbio de opiniões e possibilita contatos pessoais mais estreitos, coisas impraticáveis nos grandes conglomerados.

O município, a partir da constituição de 88, passou a ser um ente da federação e como tal, adquiriu autonomia e garantias administrativas. (FOSSATTI, 2006, p.30). Assim também, como obrigações junto à comunidade, como explicam Gonzaga e Rangel (apud Fossatti 2006, p.21):

Os municípios têm o papel de agrupar num mesmo território cidadãos que mantenham relações comuns de localidade, trabalho e tradições, sendo

ainda submetidos ao domínio de um poder local, que tem por função mais rudimentar tentar solucionar os problemas da comunidade e defender seus interesses comuns.

A administração pública no âmbito municipal, por ser favorecida pela proximidade física com os cidadãos, angaria para si maiores responsabilidades de assegurar o direito à cidadania aos seus habitantes. E deve, portanto, ampliar o espaço de participação do cidadão, promover o conhecimento sobre a administração pública, incitar o debate público sobre os projetos que envolvem a vida da comunidade, ouvir as reivindicações da população, como também ampliar o conhecimento do cidadão sobre o dever daqueles que estão administrando o bem público e, essas funções podem ser desempenhadas pelas relações públicas.

Tal possibilidade coloca a atuação de RP no âmbito da administração pública municipal como um importante meio de mudança política local, pois propicia ao cidadão encontrar-se como ator consciente e ativo, capaz de discutir os problemas de seu município e decidir o destino de sua cidade. Porém, destaca-se a atuação de relações públicas pautada na comunicação pública, que assim como a administração pública, tem seu foco na legitimidade do interesse público.

### 3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo é apresentar a pesquisa de campo, que abrange a proposta de pesquisa, a metodologia e os resultados. No entanto, compete primeiramente apresentar o município de Mandirituba, onde foi realizada a pesquisa e também o projeto de centralização das escolas, base para este estudo.

#### 3.1 O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 1860 foi instalada uma serraria na localidade denominada Fazenda Rio Grande, dentro do território do município de São José dos Pinhais. A propriedade era da empresa Irmãos Bettega Ltda., que foram os responsáveis pela construção das duas primeiras casas comerciais e de uma escola. Com o passar do tempo mais casas foram sendo construídas e o lugar se desenvolveu, e em 1909, o crescente lugarejo que tinha por nome Estrada de Mandirituba, foi elevado a Distrito Judiciário no dia 17 de maio pelo Decreto Estadual nº243, simplificando-se sua denominação para Mandirituba. Nessa época seu território pertencia à Comarca de São José dos Pinhais, a emancipação política aconteceu no dia 25 de julho de 1960.

A história conta que os primeiros moradores de Mandirituba foram os índios. Ainda hoje, existe no município, mais especificamente na localidade denominada Queimados, vestígios de tabas (aldeias) onde foram encontrados: machados, tigelas, bengalas e maceradores, tudo de pedra. Dos indígenas o município herdou o nome que significa: Manduri; abelha e Tuba; bastante<sup>10</sup>.

Situada a 45 km da capital paranaense e com uma população estimada em 18 mil habitantes, Mandirituba nos últimos anos passou a ser um município em

---

<sup>10</sup> Fonte: Assessoria de comunicação da prefeitura. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) . Acesso em 17 out. 2008 às 23h.

franco desenvolvimento, conta como uma boa infra-estrutura, além de ter como ponto positivo o sistema viário com vias de acesso para São Paulo e Porto Alegre (BR 116). Tem na agricultura e na criação de aves as principais atividades econômicas, seguido do comércio local, que envolve lojas, supermercados, postos de combustíveis, bancos, farmácias e empresas prestadoras de serviço. A cidade também conta com a CIMAN – Cidade Industrial de Mandirituba - que abriu as portas da industrialização e do desenvolvimento no município, se transformando em ponto de referência na geração de empregos diretos e indiretos. Atualmente, estão instaladas na CIMAN diferentes empresas que se destacam em nível nacional e internacional.

Com respeito ao panorama social, Mandirituba oferece atendimento na saúde através do Hospital Municipal, postos de saúde, programas preventivos e cobertura vacinal. Na educação há vagas para adultos e crianças, merenda e transporte escolar.

Mandirituba também é conhecida pelas plantações de ameixa e pela indústria ligada ao abate de frangos, que transformou o município nos últimos anos no maior produtor de aves da região. Para comemorar esse bom resultado, o município realiza todos os anos a Expofest de Mandirituba. A festa acontece no parque Municipal Ângelo Zeglin Palú, criado com o objetivo de se tornar uma área de interesse turístico, ecológico e principalmente uma nova opção de lazer para adultos e crianças. Além de uma beleza natural o parque oferece diferentes opções de lazer como churrasqueiras, canchas com arquibancada, restaurante, pavilhão de exposições, lago, bosque com trilhas ecológicas e estacionamento.

A Expofest de Mandirituba é uma boa oportunidade para que as pessoas além de aproveitarem os shows, exposições e parque de diversões, experimentem e

saboreiem o prato típico do município, o frango assado no espeto de madeira e o tradicional risoto e salada.

### 3.2 CENTRALIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – O CASO A SER ANALISADO

No ano de 1997, Chimim<sup>11</sup> assumiu o cargo de prefeito no município de Mandirituba. Já no início de sua gestão ele tinha um propósito, centralizar as trinta e seis escolas do município em apenas quatro centros educacionais. Essa idéia, segundo o ex prefeito, surgiu quando ele ainda era secretário de administração na gestão anterior, e percebia nesta época que havia um índice muito grande de reprovação entre os alunos da antiga quinta série do ensino fundamental, e a razão desse índice, segundo ele, era porque os alunos chegavam “mal preparados” a esta série. Ou seja, o problema estava no ensino da rede municipal, pois as escolas municipais eram multisseriadas, abrigavam alunos da primeira a quarta série na mesma sala de aula e tinham apenas uma professora para ensinar.

Então quando assumiu como prefeito, já no primeiro mês de seu mandato, ele reuniu-se com a secretária de educação Galvan<sup>12</sup>, e as demais pessoas que trabalhavam na secretaria de educação municipal e apresentou a eles seu projeto e, neste mesmo ano, segundo Galvan, cinco escolas da zona rural foram fechadas e centralizadas e, as outras escolas, na sequência.

---

<sup>11</sup> Luiz Carlos Chimim Claudino. Prefeito do município de Mandirituba – 1997/2004. Informações adquiridas em entrevista realizada em setembro de 2008. P. 68

<sup>12</sup> Jussiane Palú Galvan. Secretária de educação no município de Mandirituba – 1997/2004. Informações adquiridas em entrevista realizada em agosto de 2008. P. 74.

O objetivo com a centralização era as professoras trabalharem com somente uma série em cada sala de aula, assim, o ensino teria mais qualidade na visão do ex prefeito.

### 3.3 PROPOSTA DE PESQUISA

Pertencente ao campo da comunicação pública, este estudo buscou conhecer o processo de implantação do projeto de centralização das escolas. Os pressupostos de que a comunidade não participou do processo de elaboração e implantação do projeto e, de que não houve preocupação por parte da prefeitura em disponibilizar meios para que as pessoas participassem, motivaram a realização desta pesquisa.

Este estudo caracteriza-se como descritivo, o tipo de pesquisa adotado foi o estudo de caso com abordagem qualitativa e envolveu os seguintes métodos: entrevista, aplicação de questionários, enquete e análise documental.

### 3.4 SELEÇÃO DA AMOSTRA

O projeto de centralização das escolas resultou em quatro centros educacionais distribuídos no município. A realização desta pesquisa de campo, no entanto, se limita ao centro educacional denominado Escola Nossa Senhora do Rocio, localizado em Espigão das Antas e que centralizou doze escolas, as quais ficavam antes localizadas nas comunidades de Avençal, Barco, Guapiara, Ilha, Lagoa dos Ferreiras, Meleiro, Paraguai, Pedra Preta, Ribeirão Velho, Rocinha, Santo Amaro e Tronco.

### **3.4.1 Amostra**

- Luiz Carlos Chimim Claudino – prefeito de Mandirituba entre 1997-2004.
- Jussiane Palú Galvan – Secretária de educação do citado município entre 1997- 2004.
- Treze professores – todos atuaram nas pequenas escolas localizadas nas comunidades citadas (antes da centralização) e atualmente pertencem ao quadro de professores da Escola Nossa Senhora do Rocío.
- 26 membros das referidas comunidades – duas pessoas representando cada comunidade.

#### **Total: 41 pessoas**

A escolha desta amostra é não probabilística e se caracteriza como intencional. Este público pode ser considerado informante – chave. Segundo Duarte (2005, p.70). “Informante – chave: fontes de informação consideradas fundamentais por estarem profunda e diretamente envolvidas com os aspectos centrais da questão, o que faz com que não serem entrevistadas possa significar grande perda”. A relevância da escolha da fonte, ainda segundo o autor, está relacionada com a contribuição que cada um pode oferecer, e é importante ter relatos diversificados sobre o mesmo fato.

Este estudo tem como premissa básica conhecer como aconteceu o processo de implantação do projeto, os procedimentos e a participação da comunidade, e de acordo com as observações de Duarte, pode-se concluir que a amostra escolhida é considerada essencial para a compreensão dos acontecimentos. Uma vez que envolve pessoas que tiveram ligação direta e indiretamente com o processo e desempenhavam papéis sociais diferentes na época, o que possibilita ter visões diferenciadas sobre os fatos.

## 3.5 METODOLOGIA

### 3.5.1 Abordagem qualitativa e estudo de caso

A abordagem qualitativa para as pesquisas foi primeiramente utilizada na sociologia e antropologia, mas nos últimos trinta anos ganhou espaço entre as outras áreas, destacando-se como uma promissora possibilidade de investigação.

Este tipo de abordagem permite a obtenção de dados descritivos, através do contato direto entre o pesquisador e o objeto de estudo. Essa interação é muito importante, pois faz com que o pesquisador compreenda os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes do processo, para em seguida fazer sua interpretação dos fatos.

Os tipos de pesquisa normalmente adotados em uma abordagem qualitativa são a pesquisa-ação, observação participante e estudo de caso. A opção pelo estudo de caso é por tratar-se de um método que se concentra sobre o estudo de um determinado contexto, indivíduo ou acontecimento, o que caracteriza a situação em questão. Os principais instrumentos utilizados na obtenção de dados neste tipo de pesquisa é a observação participante, entrevista semi-estruturada, questionário e análise de documentos, dos quais excluímos somente o primeiro.

Para a realização das entrevistas com Chimim e Galvan foi utilizada entrevista individual em profundidade. Para Duarte (2005, p.62) a entrevista em profundidade “é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. Ainda segundo o autor, o objetivo dessa forma de entrevista está relacionada ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação. Portanto, ela é útil para a descrição de processos nos quais o entrevistado esteve

envolvido, com foco em determinado contexto. O que também caracteriza essa forma de entrevista são as perguntas, que podem ser não estruturadas, como semi-estruturadas.

Esta pesquisa utilizou perguntas semi-estruturadas, que partem de um roteiro base e permitem flexibilidade para explorar o tema durante o processo da entrevista. A princípio, o roteiro base que norteou a entrevista com o ex prefeito, contou com sete questões e durante o processo de entrevista foram realizadas dezenove perguntas. O mesmo sucedeu no processo de entrevista com a ex secretária, que partiu de um roteiro com quatro questões e foi concluído com oito questionamentos.

Para Duarte (2005, p.67) uma vantagem desse modelo “é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes”.

Os professores responderam um questionário com cinco perguntas abertas, cujo método permitiu ao público pesquisado a possibilidade de expor os fatos, segundo a experiência particular de cada um, ou seja, cada respondente pode construir a sua resposta.

Com a comunidade foi realizada uma enquete, a qual foi baseada em duas perguntas, que tinham por objetivo identificar o meio através do qual as pessoas tiveram conhecimento do projeto e também como cada um deles se envolveu com a implantação do mesmo.

Este estudo também foi composto por uma análise documental, a respeito de uma reportagem jornalística publicada no jornal da cidade, sobre a centralização.

### 3.6 REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A entrevista com Galvan, foi realizada no dia 21 de agosto de 2008, e com Chimim no dia 01 de setembro de 2008. Ambas as entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora, que seguiu um roteiro com questões semi-estruturadas. As respostas dos entrevistados foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra.

Os questionários foram aplicados aos professores nos dias 12 e 16 de setembro de 2008. A enquete com os moradores das comunidades de Tronco, Ribeirão Velho, Ilha, Lagoa dos Ferreiras e Santo Amaro foram realizadas no dia 13 de setembro. Com as comunidades de Pedra Preta, Espigão das Antas, Meleiro, Guapiara e Rocinha, dia 15 de setembro, enquanto que nas comunidades de Avencal, Paraguai e Barco foi realizada no dia 16 de setembro de 2008, as respostas obtidas mediante a enquete foram gravadas e transcritas.

### 3.7 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, as informações foram classificadas e agrupadas em temas comuns, a classificação teve como critério o objetivo do estudo e também as perguntas realizadas a todos os participantes. Esses temas deram origem às categorias. Para Duarte (2005, p.79):

Categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter – relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado.

#### 3.7.1 Categorias

- **Divulgação do projeto para os professores**

Nesta categoria o objetivo é expor como os professores ficaram sabendo do projeto. A análise desta categoria aborda as respostas de Chimim, Galvan e também dos professores.

A maioria dos professores respondeu que teve conhecimento através de uma reunião realizada no início de 1997, algumas delas citaram também que acompanhavam as notícias pela rádio ou mediante conversas com as pessoas da comunidade.

Tanto Chimim quanto Galvan citaram a reunião como meio de informar os professores, e ele ainda acrescentou que esta reunião aconteceu no primeiro mês de seu mandato, em janeiro de 1997. “(...) já no primeiro mês do mandato eu reuni o pessoal da educação e falei que ia centralizar, ...ia deixar cinco escolas, foi um baque assim grande... todo mundo se assustou (...)”. (CHIMIM, 2008).

A partir da análise dos depoimentos é possível afirmar que foi através de uma reunião que os professores tiveram o primeiro contato com o projeto, seguido de informações na rádio e também comentários da comunidade.

- **Divulgação do projeto para a comunidade.**

O objetivo aqui é analisar como a comunidade em geral ficou sabendo da centralização. Esta análise tem como referência os dados obtidos junto ao ex-prefeito Chimim, ex-secretária Galvan e pessoas das localidades.

Segundo Chimim, a divulgação da centralização das escolas aconteceu primeiramente por meio da rádio, seguida de reuniões nas comunidades e comentários das próprias pessoas. Como ele próprio afirma:

(...) nós começamos divulgar na rádio que nós iríamos centralizar, depois da divulgação num programa que eu tinha na rádio, que tinha uma boa audiência, aí nós levamos para as comunidades e, como era um negócio novo e de impacto, sabe que todo mundo se encarregou de noticiar e de criticar achando que era tudo loucura, né, o que estava sendo feito. Você sabe que a notícia quanto mais ruim, mais rápido ela corre, então foi poucas passadas...era o comentário depois das missas, das reuniões dos domingos era centralização, se tornou a conversa do dia a dia de todas as casas, a centralização, a loucura do prefeito (...). (CHIMIM, 2008).

Para Galvan a divulgação foi realizada através de reuniões.

A enquete realizada com membros das comunidades apontou que as conversas com vizinhos e comentários das pessoas foi o meio pelo qual a maioria das pessoas ficou sabendo. Sendo citadas também a rádio e a reunião, esta última foi mencionada por pessoas que, na época, trabalhavam como merendeiras nas escolas. Algumas pessoas destacaram ainda, que não souberam do projeto com antecedência, tendo conhecimento somente quando as crianças já haviam sido transferidas para a escola de Espigão das Antas.

A análise dos dados demonstrou que as respostas encaminharam-se para um mesmo sentido, que pode ser verificado na citação acima, do ex prefeito.

- **Participação dos professores**

Esta categoria analisa a participação dos professores na implantação do projeto, segundo informações adquiridas junto aos professores e também com os entrevistados Chimim e Galvan.

Quando indagados sobre sugestões e participação dos professores, Chimim e Galvan falaram sobre cursos que a prefeitura abriu para os professores que ainda não tinham formação. E ele afirmou que a única sugestão vinda desse público era “não” e, por isso o “professor foi meio na marra”, acrescentou o ex-prefeito.

A maioria dos professores responderam no questionário que não foram chamados para participar, como pode ser observado neste relato: “A decisão foi tomada pelo prefeito da época, não houve nem um envolvimento dos funcionários na implantação ou pelo menos os professores não tiveram participação”. Alguns professores disseram que sua participação aconteceu mediante reuniões realizadas com os pais. Enquanto dois professores fizeram as seguintes colocações: “O envolvimento se deu a partir do momento que comecei a trabalhar na escola centralizada”. “Não me envolvi, já que foi uma questão imposta”.

A partir da análise dos depoimentos é possível afirmar que não houve participação dos professores no planejamento do projeto, apenas alguns professores se envolveram, a partir de reuniões que faziam com os pais, no sentido de repassar a informação da centralização. Os professores não citaram os cursos aos quais se referiram o ex prefeito e ex secretária, pois na visão deste público, os cursos não podem ser considerados formas de participação na implantação do projeto.

- **Participação da comunidade**

Esta categoria vai analisar a participação da comunidade em geral e pais de alunos no processo de implantação do citado projeto.

A reunião foi novamente colocada pelo ex-prefeito e ex-secretária como o meio pelo qual a comunidade participou. Segundo Galvan, esse era um trabalho muito intenso, uma vez que tinham que “ir até as localidades e colocar na cabeça das pessoas”. (GALVAN, 2008). E nas palavras de Chimim se percebe que esta participação também foi passiva. “Fomos fazendo reuniões e, impondo, meio impondo e dizer vai ser feito e vai fechar a escola e isso é bom e esperar o resultado”. (CHIMIM, 2008). Ainda em seu depoimento o ex prefeito cita a palavra

“convencer” os pais, ou seja, a decisão já havia sido tomada e a participação dos pais e da comunidade se resumia em aceitar.

Através da enquete realizada com a comunidade foi possível perceber que as pessoas não se envolveram no processo, algumas poucas pessoas falaram sobre as reuniões, mas não chegaram a participar.

A análise desta categoria permite concluir que a participação das pessoas neste projeto não foi percebida como necessária e, a maioria das pessoas também não está ciente de seu direito de participar. Com raras exceções, como este cidadão, que ao ser indagado sobre o seu envolvimento no projeto, fez a seguinte colocação:

Não, eu acho que a gente como cidadão, moradores da região, nascido e criado aqui, a comunidade eles não mostraram nenhum projeto pra gente, eu acho que a gente tem direito em saber onde, como é que vai ser a escola, como que ia ser a implantação, né, como que ia ser...a gente não soube de nada, tanto é que as crianças foram mudadas pro Espigão eles mesmo rematricularam e continuaram as aulas lá, a gente só ia nas reuniões normal de mãe, pais e aquelas coisas que você sabe.

- **Estratégias**

A análise contida nesta categoria visa demonstrar se foram feitos materiais destinados aos professores e pais, no intuito de melhor esclarecê-los sobre o projeto e as mudanças que estavam ocorrendo na área da educação.

Chimim ao ser questionado sobre a utilização de algum material escrito na implantação, fez a seguinte colocação: “Não, escrito não fiz nada, escrito mesmo eu fiz um papel para o pessoal da educação... mas para os pais era conversa na rádio e reuniões” E acrescentou, “nós não gostamos de ler muito, e aquilo que não nos interessa é que nós não lemos de vez, então foi mais mesmo na conversa”. (CHIMIM, 2008).

Galvan citou como estratégias a questão de colocar para os pais que o transporte escolar era seguro, demonstrar os altos índices de reprovação e, dar mais qualidade de ensino, e também a decisão de fazer um núcleo em Espigão das Antas para não trazer todos os alunos da zona rural para a urbana.

A maioria dos professores respondeu que as estratégias foram as reuniões, conversas e o jornal da cidade. Vale ressaltar a resposta de uma professora: “Não teve estratégias, cada um teve que se adaptar dentro de suas possibilidades”.

Pode-se concluir que não houve estratégias ou material com o objetivo de explicar para os professores como poderiam trabalhar frente às mudanças que estavam por acontecer. Assim também como não foi identificado nenhum material destinado aos pais.

- **Passos para a implantação**

O objetivo é identificar o plano utilizado para colocar em prática o projeto de centralização das escolas, para isso, foram ouvidos o ex-prefeito e ex-secretária de educação.

Segundo Galvan, a partir do momento em que foi convidada para atuar como secretária de educação e, que teve conhecimento do projeto, foi iniciado um trabalho no sentido de construir escolas, ir às localidades fazer reuniões com pais e professores.

Em sua resposta o ex-prefeito também se referiu às reuniões, construção de escolas e acrescentou a questão dos ônibus, pois teve que aumentar a frota para atender essa nova demanda de trazer os alunos de outras localidades até o novo núcleo educacional.

Questionado se o projeto foi aprovado na câmara de vereadores, ele fez a seguinte afirmação: “Não precisava porque era autonomia do prefeito, só...é ...depois que nomeei os secretários, eu cheguei lá para o pessoal da educação, disse, olha, nós vamos centralizar, vamos formar quatro núcleos e fim de papo, foi meio autoritário mesmo”. (CHIMIM, 2008).

Com base nas declarações dos entrevistados é possível afirmar que o projeto não foi discutido para analisar sua viabilidade. Foi tomada uma decisão que coube ao ex prefeito e a partir disso foram seguidos alguns passos para colocar a idéia da centralização em prática.

- **Dificuldades**

Esta análise visa apontar as dificuldades enfrentadas durante o processo de implantação do projeto de centralização e perceber o nível de aceitação do mesmo.

A análise das respostas do ex prefeito com respeito a este tema, demonstraram que a “não aceitação” por parte dos funcionários, pais e comunidade foi a principal dificuldade encontrada. Para ele, a dificuldade teve início com as merendeiras das escolas, em seguida, os professores, pais de alunos, a comunidade e depois vereadores, candidatos a vereadores e lideranças que o apoiavam politicamente, que acreditavam que com esta atitude de centralizar as escolas, o ex prefeito estaria liquidando o grupo político, ou seja, o povo não mais votaria neles.

Galvan citou a resistência dos professores da zona rural, que enfatizavam a dificuldade que teriam para se deslocar de sua casa até a nova escola. E também as manifestações realizadas em algumas localidades.

Observa-se na análise das respostas que as dificuldades apontadas eram devido a não aceitação do projeto. A respeito deste tema, os professores responderam uma pergunta e a análise dos dados permite apontar que o projeto não foi bem aceito pelos professores, alguns apontaram como dificuldade o medo de atuar em um centro educacional maior e a preocupação com as crianças pequenas que precisariam viajar muitos quilômetros em ônibus lotados.

A análise desta categoria permite concluir que na visão do ex-prefeito e ex-secretária de educação, a dificuldade era a recusa por parte das pessoas com respeito ao projeto e para os professores a centralização em si era vista como uma dificuldade.

- **Mudanças**

Esta categoria apresenta a análise dos dados obtidos junto ao ex-prefeito e ex-secretária, indagados sobre as possíveis mudanças que fariam, caso o projeto fosse implantado hoje.

Chimim falou que não faria mudanças. “Eu implantaria do mesmo jeito, nos mesmos moldes né, primeiro eu tomaria a decisão que vamos implantar, segundo convencendo o pessoal da educação que o projeto era bom e, terceiro convencendo os pais de que haveria necessidade de se fazer isso”. (CHIMIM, 2008).

Galvan não apresentou nenhuma mudança para o processo de implantação, apenas sugeriu uma alteração com respeito às matérias dos alunos.

Com base nas entrevistas é concebível deduzir que mesmo após anos da implantação da centralização, o incentivo a participação das pessoas ainda não é percebido como um aspecto fundamental na tomada de decisão sobre este projeto.

- **Considerações sobre o projeto**

Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa avaliar o projeto em si, mas sim analisar o processo de implantação, esta categoria traz considerações levantadas por todos os entrevistados acerca do projeto, e essas informações vêm acrescentar e ajudar o pesquisador a interpretar os dados.

O ex-prefeito Chimim explicou que além da qualidade de ensino, a centralização trouxe outros benefícios, como por exemplo, a construção desse núcleo possibilitou que fosse implantado o ensino médio em Espigão das Antas. Chimim também citou que logo após a centralização foram abertas turmas de pré, algo que não existia antes da centralização e, que as próprias crianças foram defensoras do projeto, a partir do momento que começaram a freqüentar esse grande núcleo. Outro ponto positivo levantado foi em relação à existência de professores substitutos nesses centros, impedindo que os alunos fiquem sem aula, caso algum professor adoeça. Mas na visão dele, apesar de todos esses benefícios ainda existem pessoas que são contrárias à centralização.

A maioria dos professores ressaltou nos questionários que a centralização, hoje, é bem aceita entre eles e também pela comunidade. Algumas vantagens foram destacadas pelos professores em relação ao projeto, como apoio pedagógico próximo, o trabalho com apenas uma série, a qualidade do ensino e boa infraestrutura. Um aspecto negativo apontado por uma professora foi em relação ao processo de mudança, pois as construções não estavam terminadas e eles tinham que trabalhar em meio a muita sujeira e cheiro de tinta.

A enquete realizada com a comunidade também agregou algumas informações com respeito ao projeto, como a qualidade do ensino e, também foi

destacado que apesar da revolta das pessoas contra a centralização, hoje, o projeto é percebido como algo muito bom.

Com base nas considerações acima, é possível deduzir que o projeto na atualidade tem a aprovação da comunidade, mas que durante o processo de implantação houve muita resistência.

### **3.7.2 Análise documental**

A análise que se segue é a respeito de uma reportagem jornalística publicada no jornal Folha do Sul em 1999, que traz como título: “Educação para todos”.

A reportagem está em anexo (anexo 1 p. 79).

No início do texto é colocado que a educação é quesito básico para o pleno exercício da cidadania e que a Secretaria de Educação vem trabalhando para formar verdadeiros cidadãos, através do ensino. Logo em seguida a secretária municipal de Educação, Jussiane Galvan, destaca a proposta de centralização das escolas e cita benefícios que a partir de então será proporcionado às crianças. Mais adiante na reportagem, novamente é citada a frase: “formar pequenos cidadãos”.

Tendo como base a análise da pesquisa, é concebível afirmar que apesar de o objetivo do projeto “ser formar verdadeiros cidadãos”, durante o processo de implantação da centralização das escolas não foi viabilizada a participação dos pais, professores e comunidade, ou seja, eles não foram reconhecidos como cidadãos atuantes. Percebe-se neste cenário o distanciamento entre o discurso e a prática.

No contexto da reportagem existem promessas de benefícios para o futuro, elementos típicos de um discurso político. Fica o questionamento: Por que não proporcionar a experiência do exercício da cidadania no presente? Neste caso específico, poderia começar pela participação das pessoas no processo de

implantação do projeto, um bom exemplo para as crianças que também aprendem com a atitude dos pais.

### 3.8 RESULTADOS

Os pressupostos que motivaram a realização deste estudo foram comprovados pela pesquisa, a qual mostrou que a comunidade não participou da implantação do projeto de centralização das escolas e a prefeitura não disponibilizou meios para que isto acontecesse.

O estudo identificou que os meios utilizados divulgavam o projeto e, ao mesmo tempo tentavam convencer professores, pais e comunidade, mas ressalta-se que a decisão já havia sido tomada e as pessoas foram neste sentido, apenas comunicadas sobre um projeto que afetaria diretamente suas vidas. Ou seja, não houve a participação dos professores e da comunidade e nem mesmo a elaboração de materiais com a intenção de trazer informações pertinentes a cada público. E segundo os entrevistados Chimim e Galvan, houve uma preocupação apenas no sentido de construir novas escolas, aumentar a frota de ônibus, mas não foi mencionada a intenção de consultar os cidadãos sobre a viabilidade do projeto.

Diante deste contexto a pesquisa mostrou as dificuldades enfrentadas não só pela prefeitura, no sentido de colocar em prática a centralização, mas também a dificuldade dos professores e merendeiras, ao se verem diante de várias mudanças no ambiente de trabalho, e a dificuldade dos pais em aceitarem uma mudança que atingiria diretamente seus filhos.

O estudo apontou ainda que as pessoas sentiram-se ameaçadas com o projeto e por isso reagiram de forma negativa. Isso é conseqüência da falta de

comunicação voltada a envolver todas as pessoas no processo de tomada de decisão.

Percebe-se que a comunicação nos municípios, especificamente neste que está sendo analisado, atende aos anseios de quem está no poder, são discursos bem elaborados dirigidos às pessoas, que mostram as obras e a preocupação com o bem estar do povo. Mas esta forma de comunicação torna o cidadão apenas um receptor passivo, como pode ser verificado na análise da reportagem jornalística (p.54).

As relações públicas no contexto da comunicação pública tem como foco propiciar a participação ativa, tornar o cidadão um emissor para que o interesse público prevaleça. Neste cenário é possível apresentar as relações públicas no contexto da comunicação pública como facilitadora da integração cidadãos e administração municipal.

## 4 CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo compreender e caracterizar as relações públicas no contexto da comunicação pública como facilitadora da integração entre a administração municipal e os cidadãos, utilizando para atingir este objetivo, uma pesquisa bibliográfica e também um estudo de caso sobre a implantação de um projeto de centralização de escolas no município de Mandirituba.

Constatou-se com a pesquisa a necessidade de conscientizar as pessoas sobre a importância de exercerem a cidadania e, além disso, mostrar aos governantes a importância da participação do cidadão na tomada de decisão em projetos que afetam a comunidade.

O estudo demonstra também que a comunicação precisa ocupar um espaço entre a administração pública municipal e os cidadãos e, esta comunicação tem como princípio estabelecer os mecanismos que favoreçam o diálogo, a participação e a tomada de decisão em favor do interesse público, aspectos já contextualizados neste trabalho. Com base nos resultados é possível afirmar que as relações públicas no contexto da comunicação pública podem integrar cidadãos e administração pública municipal, favorecendo o exercício da cidadania e abrindo espaço para o debate público.

Pontua-se que a comunicação do serviço público com ênfase em propagandas, como observado no período militar, não atende as demandas de uma sociedade que busca participar ativamente e por isso as relações públicas e a comunicação pública ganham espaço para propor uma nova abordagem da comunicação na esfera pública.

Esta nova abordagem da comunicação tem por objetivo provocar uma mudança política, pois visa conscientizar para que os cidadãos avaliem criticamente a administração de seu município e participem da tomada de decisão defendendo assim o interesse público.

É importante salientar nesse cenário a função estratégica de RP, que no contexto da comunicação pública pode ser responsável por mediar com competência e transparência a relação cidadãos e governo municipal. Pois os resultados obtidos com a pesquisa mostram que é preciso realizar um trabalho que vise todos os públicos, levando em consideração suas expectativas. Pois assim como a comunidade de Mandirituba não tem consciência de seus direitos, os próprios governantes não percebem a importância da participação dos cidadãos na tomada de decisão.

As relações públicas através de seus mecanismos devem primeiramente conscientizar as pessoas sobre seus direitos, deveres, e as atribuições que competem à administração municipal, sendo necessário que os cidadãos compreendam que a legitimidade da administração pública se dá com o interesse público. Com esta percepção o cidadão reconhece que é o responsável pelo destino de sua cidade, e que deve participar da administração de seu município.

No âmbito municipal se reconhece que a distância entre os governantes e os habitantes é pequena, isso favorece o trabalho de relações públicas, pois esta proximidade permite identificar melhor os públicos, facilitando a visualização dos meios mais apropriados para atingir o objetivo, pois além da conscientização é imprescindível estabelecer os meios pelos quais o cidadão poderá opinar, debater e tomar uma posição. O orçamento participativo, contextualizado neste trabalho (p.17), que ocorre na cidade de Porto Alegre é um bom exemplo para promover a

participação das pessoas na gestão municipal, a participação acontece por meio de assembléias públicas.

Os resultados da pesquisa de campo (p.54) evidenciam que não houve preocupação por parte da prefeitura em consultar as pessoas sobre a implantação da centralização no município, e muito distante disto a intenção de promover o debate sobre a viabilidade do projeto. Esta atitude do executivo municipal acarretou em várias dificuldades que repercutiram durante a implantação, vale salientar que estas dificuldades eram também enfrentadas pela comunidade, que foi “obrigada” a aceitar a implantação de um projeto sobre o qual não tinham conhecimento das conseqüências. Enquanto no jornal da cidade era publicada reportagem (anexo1p. 79) sobre os avanços da educação no município, e trazia em seu conteúdo o termo cidadania.

Percebe-se que não houve comunicação e sim publicidade, algo muito próximo da comunicação realizada no período ditatorial, e por isso a implantação do projeto aconteceu em um ambiente com muitas dificuldades. As relações públicas pautada na comunicação pública abrem espaço para o exercício da cidadania e da participação, pressupostos do processo democrático, que torna os cidadãos co-responsáveis pelas ações da prefeitura, estabelecendo uma relação de confiança e credibilidade. Pois para confiar, as pessoas precisam conhecer, participar, opinar e perceber que são elas que decidem sobre os projetos de seu município. E neste contexto se demonstra a diferença entre a comunicação política e governamental, ambas, apesar de objetivos diferentes, tendem a tornar o cidadão um receptor passivo. A comunicação pública, por sua vez, propicia a participação do cidadão.

Outro aspecto relevante é disponibilizar meios formais para que as pessoas possam obter informações confiáveis, o que também não ocorreu durante a

implantação, onde a informalidade tomou conta do processo. Ou seja, além dos cidadãos mandiritubenses não participarem da tomada de decisão que envolveu a implantação do projeto, também não contaram com meios formais para obter informações confiáveis. Isso é atribuído à falta de um planejamento de comunicação viabilizado pelas relações públicas no contexto da comunicação pública, que estabelece as diretrizes e meios para envolver todos os públicos no processo de implantação, favorecendo a confiança e a credibilidade das informações e ações.

A atuação de relações públicas pautada na comunicação pública no cenário da administração municipal visa favorecer a participação e a cidadania, para que o interesse da comunidade seja atendido e não o interesse e a decisão do governante.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Candido Teobaldo de S. **Curso de Relações Públicas: Relações com os diferentes públicos/** Candido Teobaldo de Souza Andrade. 6ª ed.rev. e ampl. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANDRADE, Candido Teobaldo de S. **Para entender relações públicas** / Candido Teobaldo de Souza Andrade. 3ª ed. - São Paulo: Loyola, 1983.

ARAÚJO, Wesley. **Conceito da Palavra Política.** Paradoxo? Artigo disponível em: <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1699832-conceito-da-palavra-politica-paradoxo>. Acesso em 24 jun. 2008 as 14 h.

BACHTOLD, Ciro. **Gestão Pública: Administração Municipal.** Escola Técnica UFPR/ Ciro Bachtold. 2008.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-33.

BRAYBROOKE, David. **O interesse público: o presente e o futuro do conceito.** In: FRIEDRICH, Carl J. O interesse público. Copyright (C) Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966. / Publicado originariamente em inglês sob o título de NOMOS V: THE PUBLIC INTEREST, Copyright (C) 1962 Atherton Press.

CHAPARRO, C. **Mídia, Jornalismo e Atualidade.** Artigo disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br>. Acesso em 04 jun. 2008 às 16h

COQUEIRO, Márcio C. Leal. **Relações Públicas.** 1ª Ed. São Paulo: 1972

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil / vários autores / Evelina Dagnino (org.).** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação /** Jorge Duarte / Antonio Barros. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** DUARTE, Jorge (org.). São Paulo: Atlas, 2007.

FARO. J.S. **A Comunicação Populista no Brasil: O DIP e a SECOM.** In: INTERCOM. Estado, populismo e comunicação no Brasil (Documento básico). III Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 1980.

FILHO, Marçal Justen. **Curso de Direito Administrativo /** Marçal Justen Filho. São Paulo: Saraiva, 2005.

FOSSATTI, Nelson da Costa. **Gestão da Comunicação na Esfera Pública Municipal.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

FREITAS, Ricardo Ferreira. **Desafios Contemporâneos em Comunicação: perspectivas de relações públicas** / Ricardo Ferreira Santos / Luciane Lucas dos Santos. São Paulo: Summus, 2002.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Processos participativos de gestão pública em Porto Alegre e Montevidéu: comparando semelhanças e diferenças.** In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. Democracia, Sociedade Civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

GUTIERREZ, Luis Gustavo. **Por que é tão difícil participar? O exercício da participação no campo educacional** / Luis Gustavo Gutierrez. São Paulo: Paulus, 2004.

IURK, Cassiano Luis. **Direito Administrativo.** Escola Técnica UFPR / Cassiano Luiz Iurk. 2008.

JAMESON, Samuel H. **Administração Municipal.** / Antologia coligida por Samuel Haig Jameson, PH. D - Universidade do Sul da Califórnia. – Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1965.

KEHL, Maria Rita. **A dialética brasileira entre o público e o privado.** 2001.

MATOS, Heloiza. **Das relações públicas ao marketing público: (des)caminhos da comunicação governamental.** In: CORREIA, Tupã Gomes; FREITAS, Idinéia G. (Org.). Comunicação, marketing, cultura: sentidos da administração, do trabalho e do consumo. São Paulo: ECA / USP, 1999.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, esfera pública e capital social.** In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47-58.

MONTEIRO, Graça França. **A singularidade da comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p.34-46.

POYARES, Walter. **Imagem pública: glória para uns, ruína para outros** / Walter Poyares. São Paulo: Globo, 1998.

RUBIM, Antonio Albino C. **Comunicação e Política.** / Antonio Albino Canelas Rubim. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SCHMIDT, Flávio. **A Era da Transparência nas Relações Governamentais e Institucionais.** Artigo disponível em: <http://www.proimagem.com.br/textos/artigos.htm>  
Acesso em 21mai. 2008 às 18h

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política** / Gaudêncio Torquato. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

URSO, Luiz Flávio. **A construção da Cidadania**. Artigo disponível em: [http://www.oabsp.org.br/palavra\\_presidente/2005/88/](http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/). Acesso em 23 jun. 2008 as 19 h

VIEIRA, Leociléa Aparecida. **Projeto de pesquisa e monografia: o que é? Como se faz?** Normas da ABNT/ Leociléa Aparecida Vieira. 2ª ed. Ver. - Curitiba: Ed. do autor, 2004.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política** / Maria Helena Weber. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

ZÉMOR, P. **La communication publique**, Puf, Col. Que sais-je ? Capítulo 1: O campo da Comunicação Pública. Paris, 1995. Tradução resumida: Elizabeth Brandão.

### **Sites consultados**

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.infoescola.com](http://www.infoescola.com)

[www.comunicaçãoempresarial.com.br](http://www.comunicaçãoempresarial.com.br)

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## APENDICES

## APENDICE1: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Pesquisa com professores da Escola Nossa Senhora do Rocio  
Espigão das Antas – Mandirituba PR

Data .....

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implantação do projeto de centralização das escolas no município de Mandirituba e, para atingir este objetivo é necessário conhecer a visão dos públicos envolvidos.

O projeto de centralização das escolas no município de Mandirituba ocorreu nos anos de 1997, 98 e 99 e resultou em quatro centros educacionais distribuídos no município. Esta pesquisa de campo se limita ao centro educacional denominado Escola Nossa Senhora do Rocio, localizada em Espigão das Antas e que centraliza as escolas antes localizadas nas comunidades de Rocinha, Guapiara, Meleiro, Pedra Preta, Tronco, Lagoa dos Ferreiras, Santo Amaro, Barco, Avencal, Paraguai, Ilha e Ribeirão Velho.

1- Como você ficou sabendo do projeto de centralização das escolas que ocorreu nos anos de 1997, 98 e 99?

---

---

---

---

---

2- Você foi chamado para participar da tomada de decisões com respeito ao novo projeto que seria implantado? Como?

---

---

---

---

---

---

---

---

3- Quais foram os meios (instrumentos) utilizados para que você professor tivesse conhecimento das mudanças que o projeto de centralização traria a comunidade escolar?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4- Como você se envolveu com a implantação do projeto em questão?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5- Como você avalia a aceitação do projeto pelos professores e pela comunidade?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Considerações:

---

---

---

## **APENDICE 2: ENQUETE REALIZADA NAS COMUNIDADES**

1 - Como o senhor (a) ficou sabendo do projeto de centralização das escolas?

2 - Qual foi a participação (envolvimento) com o citado projeto?

## **APENDICE 3: TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM LUIZ CARLOS CHIMIM**

### **CLAUDINO**

#### **O que é o projeto de centralização das escolas?**

Centralização é que nós tínhamos quando assumi 36 escolas na zona rural e essas escolas, doze delas com duas professoras e o restante uma professora para as quatro turmas, então na realidade o que nós tínhamos era salas de aula com aluno tendo uma hora de aula, se tinha quatro turmas, uma professora significava uma hora de aula...duas turmas com uma professora duas horas de aula e o que estava ocorrendo isso vinha ...quando o aluno chegava na quinta serie ele chegava despreparado, em torno de 40% deles na metade do ano ..já estavam no ápice de reprovação e desistiam de estudar...desistiam de estudar e ai ficavam esperando completar a idade para fazer o famoso supletivo, então o que nós pensamos com a centralização vai ter o núcleo... trazer essa criança, mesmo porque, as crianças, elas tinham que andar um, dois, três quilômetros, né para ir na escola rural e... muitas vezes o pai e mãe tinham de acompanhar porque no lugar que tinha criação solta eles tinham que trazer.. então com a centralização nós evitamos de o pai e a mãe ter de ir buscar o filho e leva, o ônibus passava praticamente na porta da casa e conseguimos dar um pouquinho de qualidade no ensino, então o objetivo era manter a criança na escola com uma qualidade de ensino... então nessa situação nós melhoramos o trajeto dela com o ônibus ..uma escola com diretora, com orientadora, com professora substituta e com todas as condições de aprendizagem.

#### **Quais foram os passos para implantar esse projeto?**

Olha, eu vinha acompanhando na..no colégio Joaquim o grande número de repetência e desistência e daí comecei procurar saber o porquê...então o que que era, aluno mal preparado chegava na quinta serie não acompanhava, aí os alunos que estavam nas escolas no centro, que estavam na mesma turma, é... começavam a ficar ociosos porque eles já sabiam aquela matéria que o professor tinha repetido a terceira e quarta serie, então nem aprendia nem o que estava vindo e o outro que sabia se tornava um aluno que com duas nota, a terceira nota ele já passava de ano e também daí começava a... a não ter as matérias completo, então baseado nisso foi que a gente penso em fazer a centralização, ai no primeiro mês, já no primeiro mês do mandato eu reuni o pessoal da educação e falei que ia centraliza, acaba e ia deixar cinco escolas, foi um baque assim grande .....todo mundo se assusto, levaram aquele susto, ai nós começamos a fazer reuniões nas comunidades pra tenta convencer, tivemos comunidades que já a principio concordaram e outras que foram resistindo mais, tivemos que dar um tempo pra pode centraliza, mas acho que levamos ai três anos pra consegui fazer todo o pacote...nós tínhamos oito dez ônibus, tivemos que passar para vinte e poucos ônibus, então também era a questão na centralização de fazer uma escola nova.. que eram 36 escolas pequenas, nós tínhamos de construí uma escola com capacidade de atender esse núcleos, né, foi feito um núcleo no centro, um na areia branca e outro no Espigão das Antas, então nós tivemos que construir as salas pra dar condições de trazer todos esses alunos,né e também é..ai nesse planejamento além do ônibus envolvia que nós tínhamos o seguindo grau apenas no centro de Mandirituba e já estava lotado, então todo pessoal do interior e Areia Branca tinham

de se deslocar para o centro, quando nós criamos o núcleo na Areia Branca, criamos já vendo a possibilidade de se ter o segundo grau, aí se implantou o segundo grau na Areia Branca e o Espigão no planejamento era que o aluno que saía, tinha aluno que andava...que tinha que levantar cinco horas da manhã pra chegar as sete horas pra fazer a quinta série, com a centralização do Espigão nós tínhamos certeza que criaríamos da quinta a oitava série e num segundo passo, no terceiro passo seria o segundo grau o que veio a acontecer né, então esse aluno que .. saía cinco horas da manhã, ele passo a sair seis e meia, sete horas pra chegar na aula e de todo o jeito nós teríamos que ter um ônibus transportando lá do canto do município ate o centro aonde nós não teríamos espaço físico pra atender essas crianças, então foi planejado não só pela qualidade mas já prevendo a necessidade do segundo grau na Areia Branca e segundo grau no Espigão das Antas que concentro as outras comunidades.

### **Quais foram as principais dificuldades e problemas encontrados e como foi resolvido?**

Começo a dificuldade já nem.... a primeira dificuldade já foi as merendeiras, as merendeiras já, as merendeiras já estavam acostumadas a poucas crianças, ia lá esquentava uma panela de água, fazia uma sopa e não tinha o controle da merenda, trinta e seis escolas no interior era muito difícil de você controlar né, então já teve o primeiro foram os funcionários, a merendeira, a professora que estava livre, que não tinha uma pessoa em cima pra ver se ela estava dando corretamente a matéria, então os primeiros já.. a reclamar, a resistência já veio da merendeira e já veio também da professora, que a merendeira ela tinha o período de oito horas, mas ela ia lá limpava a salinha dela, fazia a merenda e voltava pra casa pra fazer os seus afazeres, a partir do momento que centralizo ela tinha que entrar no horário e sair no horário, então essa começo a fazer a resistência já dizendo que não .. não onde que se viu como ia ser.. uma criança pequena pra subir no ônibus e tal,... a professora com raras exceções, nós tivemos várias professoras que encamparam essa idéia e batalharam elas mesma fizeram reuniões nas comunidades sem a presença da prefeitura pra convence de que era interessante para.. a centralização e outras naturalmente se colocaram contrárias porque sabiam que estariam numa escola com uma diretora, com uma supervisora, com uma orientadora e que deveria ser cumprido com a matéria, algumas delas achavam bom porque daí elas pegariam só uma turma e ficariam sempre com aquela turma, então a resistência veio primeiro dos funcionários, depois veio do próprio, ..os companheiro político que achavam de que politicamente isso seria péssimo, porque iria causar uma revolta, que o pessoal nunca mais iriam votar para nós que se eu fosse candidato a inspetor de um quartel não teria nenhum voto.. (riso) então veio o medo do próprio grupo político que tinha medo de que isso daí não daria certo e ..

### **Grupo político que o senhor fala, seriam pessoas da administração?**

Da administração e do grupo mesmo que me apoiava politicamente né, esses os que foram.. os vereadores, candidatos a vereadores, as lideranças né, ficavam com esse medo de que poderia com isso, eu estaria liquidando o grupo político né, e tudo isso eles transformaram no que.. em medo para as mães...como é que você vai deixar teu filho com oito anos, sete anos pegar um ônibus, subi num ônibus, o ônibus pode bater e a criança pode cair, daí vinha outra conversa de que lá ia ter muita gente, que o filho ia briga, que ia apanhar, que podia quebrar o braço, que não sei o que, que ia ter gente de todos as ... os lugares, com todo o tipo de cultura, que isso ia prejudicar na formação do filho e nós entendíamos que nós tínhamos de fazer

as misturas das crianças das localidades porque elas estavam numa escola, numa comunidade aonde a professora é prima ou tia ou a própria mãe, e os ..que estavam na escola que freqüentavam eram os primos, então ele não tinha um choque de.. com as outras crianças, e, esse choque que nós sabíamos que era um choque bom, mas os pais se preocupavam de que haveria muita concentração de alunos, deixaria de ser uma escola de vinte e quatro, trinta alunos passaria uma escola de trezentos, quatrocentos alunos, aí veio toda a questão de se convencer os pais de que passaria um ônibus, que ele não precisaria ir lá que a professora ia dentro do ônibus e se fosse preciso nós colocaríamos uma pessoa pra cuidar das crianças né, então as dificuldades grandes para convencimento do.. dos funcionários, do grupo político e dos pais. Daí fomos fazendo reuniões e...impondo, meio impondo e dizer vai ser feito e vai fechar a escola e isso é bom e esperar o resultado. Quando inicio esse período aí já abrimos os pré que não existiam na zona rural e aí as próprias crianças de seis anos que estavam vindo pro pré, elas mesmo já queriam ir pegar o ônibus sozinha e as próprias crianças no decorrer da implantação começaram a nos defender, que daí eles não queriam mais voltar pra escolinha, eles vieram num centro maior com outra unidade de ensino, com mais atrativos e o próprio aluno, os próprios .. as próprias crianças ajudaram nós a convencer os pais.

#### **Mesmo após a implantação ainda tinha pessoas resistindo?**

Temos ainda pessoas que resistem até hoje, e temos ainda pessoas que trabalham na educação que se fosse por elas, elas voltariam as escolas, e, é motivo ainda nessa própria campanha de políticos que ainda defendem a volta das escolinhas, nós temos ainda essa resistência

#### **Teve comunidade que chegaram a fazer manifestações?**

Teve algumas comunidades que estava complicado, Lagoa dos Ferreiras foi uma que foi complicada, inclusive na Lagoa dos Ferreiras nas duas primeiras reuniões eu não fui pra não dar confusão, porque eles estavam resistindo, não queriam, não queriam e não queriam, né, então tivemos várias comunidades que foi meio, mesmo fazendo reuniões e tentando convencer, ainda teve cara amarrada e na primeira, na minha reeleição o candidato da oposição, as promessas primeira dele era de que reabriria as escolas, mas eles.. com vinte dias de campanha ele teve que retirar porque as crianças chegavam e os pais perguntavam porque eu também era candidato a reeleição né, os pais perguntavam: o Chimim meu filho perguntou quem é o candidato que quer voltar as escolas,... porque pediam pro pai não votar nesse candidato que eles não queriam, então o grande aliado meu mesmo foi os alunos.

#### **Se o senhor fosse implantar o projeto hoje, o senhor mudaria alguma coisa?**

Eu acho que não tinha que mudar, o que tinha de ser feito nós fizemos, foi o primeiro passo a dizer: vamos centralizar, porque nós tínhamos certeza de que não estávamos fazendo uma experiência, nós tínhamos certeza de que haveria necessidade de se fazer isso para a criança ter uma, uma qualidade de ensino, o que ocorria bastante e ocorre é que as pessoas se preocupam em falar em educação e as zonas rurais nunca foram atendidas com escolas de qualidade, então deixa-se a escola pequena politicamente isso até é bom para muitos que acham que o funcionário vai trazer... que ele tem mais professor, mais merendeira, mais facilidade, mais eu implantaria do mesmo jeito, nos mesmos moldes né, primeiro eu tomaria a decisão que vamos implantar, segundo convencendo o pessoal da educação que o projeto era bom e o terceiro convencendo os pais de que haveria necessidade de se fazer isso, então a única coisa que existe de errado neste projeto foi que nós não conseguimos do governo acabar com o supletivo, nós tínhamos proposto pro supletivo quando era quatorze anos que ele a partir de um ano ele

fosse aumentando quinze anos, dezesseis anos, dezessete, porque o supletivo hoje é um incentivo a criança não freqüentar a aula, é o maior incentivo para pessoa desistir de fazer da quinta a oitava e o segundo grau são os supletivos, e os supletivo é... tem muitas pessoas trabalhando e com o medo de eles perder aquele trabalho, eles continuam incentivando a criança a desistir de estudar e nós tínhamos caso comprovado e eu cheguei até a falar com o ministro e mesmo com o secretario estadual para nós mudarmos essa lei porque eles, o aluno era incentivado a desistir, então nós centralizamos pra ele não desistir por falta de qualidade, que ele desistiam porque não conseguia acompanhar, e depois que nós implantamos e tinha qualidade ele era incentivado a desistir dizendo que ia ajudar o pai que depois com quatorze anos ele precisaria vir uma vez só na vila pra fazer o curso. O supletivo da maneira que está hoje é um incentivo pra pessoa não estudar, porque ela está,.. ele é convencido de que em um ano ele faz as quatro séries, e em mais um ano, meio ano ele faz os outros três anos, então o que a gente propõe é isso, se a idade era quatorze anos, passaria para o outro ano quinze, o outro dezesseis que não daria possibilidade dele desistir, ele cumpriu o papel de supletivo daquela camada que não teve condições de freqüentar uma escola. Mas a implantação faria da mesma maneira sempre visando a seqüência dele de estudo e também visando a facilidade que ele ia ter no transporte e em todos os fatores...uma escola rural as vezes a professora ficava doente ficava dez dias sem aula.

### **Como os pais, comunidade escolar e a própria população ficaram sabendo do projeto?**

Depois que nós apresentamos para os secretários e vereadores, nós começamos divulgar na radio que nós iríamos centralizar, depois da divulgação num programa que eu tinha na rádio que tinha uma boa audiência, aí nós levamos para as comunidades e, como era um negócio novo e de impacto, sabe que todo mundo se encarregou de noticiar e de criticar achando que era tudo loucura, né, o que estava sendo feito. Você sabe que a notícia quanto mais ruim mais rápido ela corre, então foi poucas passadas...era o comentário depois das missas, das reuniões dos domingos era centralização, se tornou a conversa do dia a dia de todos as casas, a centralização, a loucura do prefeito, de que minha criança, meu filho vai ter que pegar um ônibus e é pequenininho e que vai estar lá e que quem vai cuidar e toda aquela preocupação normal do pai com a mãe, e que também se eu fosse o pai e a mãe naturalmente teria a mesma preocupação.

### **E com os professores?**

Com os professores foi trabalhado e daí claro que tivemos que começar a dar curso para pode eles também entrar em uma nova maneira né, e o professor foi meio na marra, nós fizemos a nossa parte de abrimos curso pra eles se especializa e recuperar o tempo perdido, na complementação, porque nós temos aquela idéia se formou não precisa mais e as coisas mudaram, mesmo porque o tipo de educação, o projeto educacional ele mudou um pouquinho e nós aproveitamos das mudanças não das matérias mas do currículo, aproveitamos isso pra engajar das professoras fazerem o curso e também voltarem a ter essa parte. Natural que uma professora que estava lá numa escolinha sozinha, agora vem no meio de mais vinte professoras, muitas delas ficaram retraídas e com medo e receio não que não tivessem conhecimento ou qualidade de ser professora, eram professoras mas estavam acostumadas a outro setor.

### **Como o senhor avalia a aceitação do projeto pela comunidade escolar e pela comunidade em geral?**

Eu acho que nós conseguimos convencer uns 70%, acho que ficou convencido, acredito que hoje nós ainda temos uns 8% que é contrário a centralização.

**O senhor acredita que foi tranquilo?**

Eu acho que apesar de todo o comentário foi tranquilo porque eu levei três anos praticamente pra centraliza e fui candidato a reeleição e ganhei com uma diferença grande de votos dos adversários que prometiam a volta das escolas. Então, acho que a própria reeleição minha veio comprovar que o pessoal aceitou a centralização, porque eles sabiam que na reeleição eu continuaria com o mesmo projeto.

**Qual sua visão da comunidade de Mandirituba, como ela se envolveu com este projeto e com outros projetos da prefeitura?**

Com respeito a educação, é... o pensamento do pai e da mãe que não teve condições de estudar de concluir as vezes o segundo grau e as vezes nem terminar a quarta série. A avaliação que o pai e a mãe faz se ele está bem ou não na escola é pelas suas notas, o que que nós tínhamos, tínhamos muitas vezes provas fáceis para o aluno ter nota boa, mas não a matéria correspondente ao ano que ele estava estudando, então os pais avaliavam que seu filho estava indo bem na escola pelas notas, pelo famoso boletim, o que ele se preocupava, se o filho foi pra aula e se ele tinha nota boa, se ele tinha nota boa, ele me dizia Chimim mas o meu filho está indo bem na escola, mas eu concordo com você com a centralização, muitos falaram, porque ele olhava o boletim e estava lá, mas eu como prefeito sabia que não era dada a matéria como estava previsto para ele estar aprendendo, então se era para ele estar na matéria do nove ele estava na tabuada do quatro, se ele tinha que ta fazendo equação, ele tava fazendo conta de multiplicação e nós sabíamos que o conteúdo não tava sendo dado de acordo com o que se exigia e nós tínhamos uma reenganação de educação e os pais, a maioria deles baseado no boletim achava que o filho tava bom e não estava bom, daí a própria comunidade foi se apercebendo de que realmente quando ele viu lá que não tinha todo o conhecimento que ele teria que ter, eles foram vendo que o aluno, o filho que estava na terceira série já estava perdendo pro aluno que tava terminando a primeira serie, alunos com três meses, quatro meses na primeira série já começavam a ler corretamente, enquanto que o irmão no segundo terceiro não estava sabendo, então isso a partir do segundo terceiro ano já começou a aparecer e os pais começaram a perceber que realmente precisava e que a centralização não era só uma questão de querer do prefeito, mas que existia uma diferença no ensino.

**Teve algum pai que deu sua opinião ou sugestão?**

Teve pais, mães, teve reuniões de pais que chegavam lá e insistiam que não queriam, que iam tirar o filho, que não iam deixar o filho ir para escola, sabe, bravo e teve casos de ir denunciar no núcleo, outros no promotor, teve de tudo um pouco.

**E no sentido de ele dar uma nova idéia, uma sugestão mesmo?**

Não, era só o medo da centralização, claro que um pouco oposição se encarrega nisso, né de criar o medo, o medo natural e aquele pensamento que o boletim tava bom então o filho tava com uma boa educação e o medo dele misturar o filho numa escola maior.

**O senhor acredita que a participação das pessoas favorece a aceitação?**

Se você não tiver aceitação em qualquer coisa você não consegue fazer, só que quem está no comando de alguma coisa deve estar pelo menos uns cinco anos na frente sabendo o que vai acontecer, a nossa visão é de que nós estávamos partindo para uma era de computadores, de informática, que naquele tempo eram poucos os que conheciam a parte de internet que nem se falava ainda, mas a gente sabia que nos outros países, em outros centros já existia, então a preocupação nossa era

olhando lá cinco anos, dez anos pra frente, sabíamos que aquelas crianças que estavam ali com sete anos fossem entrar no mercado de trabalho se ela não tivesse o segundo grau dificilmente iriam arrumar um emprego, sabe então tudo isso tava se prevendo de que iria acontecer lá pra frente. Então, o que aconteceu a gente tinha certeza de que isso ia acontecer e com a conversa começamos então a explicar para os pais que o que iria ocorrer daqui para frente com seu filho, mesmo ele estando na zona rural teria de ser um doutor naquilo que ele estava fazendo, se ele plantasse cenoura, ele tinha que ser doutor em plantio de cenoura, doutor na criação de frango, doutor na plantação de milho, ele não podia ir só com aqueles ensinamentos mas ele tinha que ter o conhecimento, inclusive na centralização no Espigão nós introduzimos a própria matéria de ensinamento de agricultura pra da um choque com o pai, porque o pai não sabia de análise de terra, com isso nós conseguimos convencer e claro daí houve a aceitação, agora se não existisse aceitação dos pais, não daria certo e teríamos que voltar atrás.

#### **Nas estratégias utilizadas, além das reuniões teve algum material escrito?**

Não, escrito não fiz nada, escrito mesmo eu fiz um papel para o pessoal da educação, projetinho do que eu iria fazer na educação, mas para os pais era conversa na rádio e reuniões. Para os pais nós não gostamos de ler muito, e aquilo que não nos interessa é que nós lemos de vez, então foi mais mesmo na conversa e principalmente nos programas de rádio tentando explicar o que iria acontecer, porque era bom, porque podia implantar, que ia vir da quinta a oitava, que não precisaria se deslocar, que estaria mais perto, foi mais na conversa do que no papel.

#### **E os professores deram sugestões?**

Nós tivemos uma parte de professores que aceitou a idéia e passou a defender e tivemos uma parte de professores que não aceitou, alguns se declaravam direto, outros, ficavam com aquela historia de ter medo porque é o prefeito que ta fazendo, falavam baixinho, então as professoras que viram um horizonte, essas passaram imediatamente a defender e muitas delas fizeram reuniões com os pais e disseram eu estou indo para lá se vocês quiserem podem ficar com os filhos aqui, mas eu não fico aqui eu vou para outra escola. Então as professoras a maioria nos apoiaram e aquelas que tinham um receio de ir e que achavam que já eram professoras de tempo que não iriam acompanhar, que iam ser fiscalizadas que não iam ter condições, aquelas no decorrer do tempo elas se conscientizaram que foi bom para elas. Mas a sugestão no inicio era não, não. Por que o não? Porque a criança é pequena, porque vai dar confusão, por causa do transporte, criaram todas as dificuldades pros pais, mas graças a Deus os pais entenderam.

#### **E a questão com os vereadores, o legislativo?**

Eu tive que fazer um trabalho para convencer de que seria interessante, então a partir dos vereadores entenderem, ele também nessas reuniões que nós fazíamos na comunidade eles acompanhavam e começaram a defender a idéia, então o pacote político dos vereadores em si, eles, ...alguns da oposição e da situação que ficaram receosos e o medo maior era de que não desse certo e eles viessem perder a próxima eleição por causa da centralização, o medo do político era esse.

#### **Esse projeto passou pela câmara?**

Não precisava porque era autonomia do prefeito, só... é...depois que nomeei os secretários, eu cheguei lá para o pessoal da educação, disse olha nós vamos centralizar, vamos formar quatro núcleos e fim de papo, foi meio autoritário mesmo.

**Entrevista realizada dia 01 de setembro de 2008.**

## **APENDICE 4: TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM JUSSIANE PALÚ GALVAN**

### **Como a senhora se envolveu com o projeto de centralização das escolas?**

Então, a principio foi assim, quando eu assumi a secretaria municipal de educação na gestão do prefeito Chimim . . . a idéia na verdade foi dele, que surgiu essa idéia, então quando ele me convidou para ser a secretaria, então a gente teve umas conversas anteriores e tal e, ele me expôs essa idéia que ele tinha, porquê? Porque na gestão do prefeito anterior a ele, ele atuou como secretario de administração, e aí ele percebeu, ele fez uma enquête com as escolas e ele percebeu que os alunos que chegavam nas escolas estaduais nas quintas séries, eles tinham um índice muito grande de reprovação, que chegou a 47%, porque os alunos ficavam lá nas escolas de zona rural, que na época eram 42 escolas e aí ficavam quatro anos com o mesma professora e geralmente eram parentes dessa professora ou da merendeira da escola e criava um ambiente muito familiar para eles, e isso depois eu pude comprovar que era verdade, porque a gente chegava nas escolas tinha aluno que pedia a benção para a professora, de tal familiar que era essa .... relação deles. Pois bem, daí ele me contou desse projeto dele, ele gostaria então de acabar com as escolas de zona rural e construir três centros pra trazer esses alunos com o transporte escolar pra trazer esses alunos pra esse grande centro pra evitar a reprovação. Então foi assim, a partir desse momento que ele me explicou toda essa situação né, ele me convidou para fazer parte da equipe então da gestão dele ali sendo secretaria de educação e, a partir daí a gente começou a .... entrou neste trabalho né, com a construção então dessas escolas e é... foi um trabalho muito intenso porque a gente tinha ir nas localidades e colocar na cabeça das pessoas através de reuniões, palestras e tudo, mostrar pra eles a importância dessa ... de centralizar nessas escolas maiores. Ocorreram essas reuniões? Teve várias reuniões.

### **Como foi a aceitação das professoras?**

Olha no começo foi difícil, foi difícil, é... umas assim, algumas de zona urbana não teve problemas, até apoiaram né a .. a idéia, agora na zona rural, onde aquelas ..algumas professoras é... tinham a escola do lado da casa e elas assim, elas levaram um susto na verdade porque tudo que é novidade na verdade assusta né... mas é.. elas viam assim com grande dificuldade que elas né.. mas daí a gente começou a trabalhar com elas também e dizer que ao invés delas estarem com quatro turmas numa sala de aula, elas iam ter apenas uma turma, essa.. a questão maior assim da ... da dificuldade foi a... elas terem que se deslocar da de casa até a escola.

### **O que foi feito para essas professoras aceitarem?**

Conversa, conversas, é.. reuniões é.... a gente trouxe elas pra algumas escolas né, pra.. pra elas assistirem aula, daí foi incentivado muitas, porque até então muitas não tinham o magistério, daí elas fizeram aquele curso CND, pelo IESDE, então incentivos ao estudo, e daí com .. com quando surgiram as construções novas elas se empolgaram né, quando foi construída, ampliada a escola lá do Espigão, quando foi construída a escola Vitor, a escola que o.. a escola Bom Jesus, que até então era para ser somente essas três, mas daí quando a gente viu que a .. a Bom Jesus não ia comportar todos os alunos aqui da.. da redondeza, aí foi... é... cogitado a possibilidade de .. da construção da Alice Machado na lagoinha.

### **Gostaria que a senhora falasse um pouco mais dos passos...**

É ...reunião com professores, as reuniões nas localidades né, com pais, com professores, com .. as vezes até os alunos iam né, e ..e essas reuniões então, que participava é.. geralmente eu, o Chimim na época que era o prefeito né...e.. de vez em quando lá a gente levava um outro secretário, uma outra pessoa da..da localidade pra que ...pra ter um entusiasmo ainda maior né, mas geralmente todas as reuniões a gente ia com medo e voltava com sucesso.

### **Depois de colocado em pratica ainda houve resistência?**

Houve, houve alguns locais, assim com bastante recusa, recusa, teve umas duas ou três localidades ai que foi difícil, inclusive foi até matéria de jornal, porque não queriam e tal, mas não eram as professoras, era pessoal da localidade, alguns pais que temiam pelos filhos porque.. “nossa meu filho vai anda 10 quilômetros de ônibus, porque ele tem é.. sete anos, ta começando agora e tal, e a gente colocava na cabeça deles que não, que né.. eles não iam sozinhos, que sempre teria alguém que acompanhasse, então teve momentos difíceis, mas geralmente depois que foram, porque não foram todas de uma vez só... foi gradual, foi um processo gradual, a escola do Espigão foi em 99. As primeiras seis escolas que fecharam foi a escola do Queimados, foi a escola da .. do .... Conjunto Barcelona aqui da Coabe, da Vila Mandirituba então foi assim, foi acho cinco ou seis escolas, do Chimboveiro e do Campo do Capão, acho que foram essas cinco, as primeiras, que foi já em 97, então quando nós entramos na prefeitura né, o Chimim como prefeito e eu como secretaria, a essas cinco já foram fechadas, já vieram aqui pro Bom Jesus. E daí as outras foram em anos posteriores, até porque não tinha espaço pra .. pra eles todos ainda, então a Bom Jesus foi ampliada, depois foi construída a .. a do Espigão, depois a da Vitor Leal na Areia Branca né, e por ultimo agora essa que foi concluída na gestão do Adir.

### **Agora gostaria que você falasse um pouco das estratégias utilizadas para chamar a comunidade, os professore a participar e também conseguir a aceitação delas?**

A questão da .. da confiança deles no transporte escolar, veja graças a Deus olha, quantos anos tem esse transporte, faz .. são trinta ônibus que trafegam por aqui, nunca aconteceu nada assim, uma batida, então passar essa confiança pros pais que o transporte ia ser seguro foi uma estratégia. E, e mostrar pra eles esse índice de reprovação das escolas né que tava muito alto, chegou a 47%, mostrar pros pais a importância dos alunos, também se.. abrir o horizonte deles, pra que eles saíssem daquela localidadezinha deles lá, que as vezes tinha escola com oito alunos, com doze, treze alunos e eles ficavam com essas crianças, com esses mesmos amigos, digamos assim né, durante quatro anos ou cinco no caso de repetência né, então, eles sempre ..tinham as mesmas, os mesmos amigos. Colocar na cabeça dos pais essas questões assim né que favorecerem os próprios filhos deles. E daí.. uma das soluções foi deixar então a escola do Espigão, porque ser do Espigão, por ser uma escola de zona rural, pra não trazer eles da zona rural todos pra zona urbana, né. E nós encontrávamos muita dificuldade, porque você sabe o nosso município é muito grande em extensão então olha pra gente, por exemplo quando era pra distribuir merenda eram quarenta e duas escolas pra distribuir a merenda, veja era muito pessoal pra trabalhar, dificultava até pela merenda, se fosse uma fruta, uma verdura poderia até estragar pela demora na entrega e assim facilitou bastante né e a questão dos próprios professores, você veja depois cada um deles teria sua sala,

hoje todas as escolas, tem... não existe nem quadro negro nas escolas, são aquele quadro branco com pincel atômico, todas as escolas tem refeitório né, e quando elas eram nas escolinhas rurais lá tinham casos que elas teriam que fazer é..a merenda, inclusive, limpar a escola, porque era quase impossível para a prefeitura manter quarenta e duas escolas com professores, merendeiras, com auxiliar de serviços gerais né, então é.. não era fácil pra prefeitura também e a qualidade de ensino também né, sempre o primeiro passo, qualidade de ensino, é muito diferente você ter uma aula com um professor durante quatro horas, do que você dividir um quadro com quatro turmas. A qualidade é outra, só para você ter uma idéia uma vez eu fui visitar uma escola ainda não centralizada, cheguei na escola, .. tava se preparando assim pra chover, fui fazer uma visita de rotina, ai os alunos sozinhos na escola, ai eu perguntei cadê a professora, onde ta a professora? Ahh foi na casa dela recolher a roupa no varal porque ia chover, tudo é questão de segurança né, imagine a professora sair da escola e ir pra casa pra recolher roupa do varal e deixar os alunos sozinhos, isso um fato verídico.

**Mesmo com todas essas colocações houve rejeição por parte das professoras?**

Questão da comodidade, né “ mas daí eu tenho que sair por exemplo, um exemplo tenho que sair aqui do Meleiro pra ir lá pro Espigão ou para a Areia Branca, sendo que a casa era do lado da escola”.

**O que você mudaria hoje no projeto para ele ser mais bem aceito?**

Oh, a única coisa do projeto que me frustra um pouco que eu não consegui colocar em prática foi que na verdade eu gostaria de ter é feito como é nas escolas estaduais , é várias aulas, várias disciplinas, então é, era um projeto meu e não não, na verdade não deu tempo, porque é um espaço curto que a gente tem e também por falta de profissionais capacitados, mas eu gostaria muito que fosse assim as aulas, mesmo que de primeira a quarta, mas que fossem aulas com professores separados português, matemática, que tivessem aulas de arte né, envolvendo, teatro, pintura, que tivesse aula de educação física, aula de inglês, eu gostaria muito, era meu sonho assim né, na implantação do projeto e eu foi assim, uma frustração minha que eu não consegui colocar em prática. Se fosse hoje ia lutar novamente para isso acontecesse.

**Entrevista realizada dia 21 de agosto de 2008.**

## APÊNDICE 5: FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – LUIZ CARLOS CHIMIM CLAUDINO

### FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Este documento indica que concordo participar da pesquisa que sendo conduzida pela graduanda Serli Maria Pires de Oliveira do Curso de Comunicação Social, Habilitação Relações Públicas do Departamento de Comunicação Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, sob Supervisão da professora doutora Celsi Bronstrup Silvestrin.

- A. OBJETIVOS** - fui informado (a) que a finalidade da pesquisa é analisar o processo de implantação do projeto de centralização das escolas no município de Mandirituba, com vistas a realização do trabalho de conclusão de curso da investigadora.
- B. OS PROCEDIMENTOS** – a entrevista será conduzida em local e horário mutuamente conveniente para o entrevistado e o entrevistador, e envolverá uma série de perguntas abertas. O entrevistador fará as perguntas verbalmente, anotar e gravará as respostas. A fita de gravação será destruída após a transcrição. A entrevista deve durar aproximadamente uma hora. As perguntas da entrevista focalizarão no tópico geral “processo de implantação do projeto de centralização das escolas”. Não haverá nenhum risco ou desconforto ao envolvido em responder as perguntas. O entrevistado está livre para recusar responder a toda e qualquer pergunta que lhe será feita e ou que possa lhe causar algum tipo de desconforto.
- C. CONDIÇÕES DO PARTICIPANTE**
- Compreendo que eu estou livre para retirar meu consentimento e interromper a qualquer hora minha participação sem conseqüências negativas.
  - Compreendo que os dados deste estudo podem ser publicados em trabalhos acadêmicos.

EXAMINEI COM CUIDADO O TERMO ACIMA E COMPREENDO ESTE ACORDO. CONSINTO LIVREMENTE E CONCORDO VOLUNTARIAMENTE EM PARTICIPAR NESTE ESTUDO.

NOME DO PARTICIPANTE: LUIZ CARLOS CHIMIM CLAUDINO

ASSINATURA: 

PESQUISADORA: Serli Maria Pires de Oliveira

ASSINATURA: Serli m. P. Oliveira

DATA: 01/09/08

**APÊNDICE 6: FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – JUSSIANE PALÚ GALVAN**

**FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Este documento indica que concordo participar da pesquisa que sendo conduzida pela graduanda Serli Maria Pires de Oliveira do Curso de Comunicação Social, Habilitação Relações Públicas do Departamento de Comunicação Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, sob Supervisão da professora doutora Celsi Bronstrup Silvestrin.

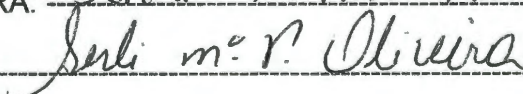
- A. OBJETIVOS** - fui informado (a) que a finalidade da pesquisa é analisar o processo de implantação do projeto de centralização das escolas no município de Mandirituba, com vistas a realização do trabalho de conclusão de curso da investigadora.
- B. OS PROCEDIMENTOS** – a entrevista será conduzida em local e horário mutuamente conveniente para o entrevistado e o entrevistador, e envolverá uma série de perguntas abertas. O entrevistador fará as perguntas verbalmente, anotar e gravará as respostas. A fita de gravação será destruída após a transcrição. A entrevista deve durar aproximadamente uma hora. As perguntas da entrevista focalizarão no tópico geral “processo de implantação do projeto de centralização das escolas”. Não haverá nenhum risco ou desconforto ao envolvido em responder as perguntas. O entrevistado está livre para recusar responder a toda e qualquer pergunta que lhe será feita e ou que possa lhe causar algum tipo de desconforto.
- C. CONDIÇÕES DO PARTICIPANTE**
- Compreendo que eu estou livre para retirar meu consentimento e interromper a qualquer hora minha participação sem conseqüências negativas.
  - Compreendo que os dados deste estudo podem ser publicados em trabalhos acadêmicos.

EXAMINEI COM CUIDADO O TERMO ACIMA E COMPREENDO ESTE ACORDO. CONSINTO LIVREMENTE E CONCORDO VOLUNTARIAMENTE EM PARTICIPAR NESTE ESTUDO.

NOME DO PARTICIPANTE: JUSSIANE PALÚ GALVAN

ASSINATURA: 

PESQUISADORA: Serli Maria Pires de OLIVEIRA

ASSINATURA: 

DATA: 21/08/08

Mandirituba, de 02/09/99 a 02/11/99

EDUCAÇÃO

7

# Educação para todos

Em Mandirituba, educação é questão básico para o pleno exercício da cidadania. E na busca constante de tornar verdadeiros cidadãos que a Secretaria de Educação vem trabalhando em cima da qualidade do ensino. Esta qualidade se faz principalmente na preparação de profissionais da educação que estejam capacitados para atender às vezes de sua prática, as necessidades emergenciais dos novos paradigmas, buscando sempre uma perspectiva de mudança de mundo e de comportamento.

Com o auxílio de quatro departamentos que são: Ensino Fundamental, Cultura, Documentação Escolar e Merenda Escolar, que a Secretaria pretende concluir até o final do mandato sua proposta educacional. "Nossa proposta é a concentração dos 43 estabelecimentos em 3 grandes centros de ensino, a



Secretária de Educação, Jussiane Galvan, satisfeita com o avanço da educação no município.

implantação do transporte escolar só para os alunos do pré a 4ª série e a colocação de um professor por matéria para os alunos de 3ª e 4ª séries, inserir no currículo escolar os cursos de educação sexual, drogas e bebidas alcoólicas, estabelecer um laboratório de informática e proporcionar matérias opcionais como música, teatro, técnicas agrícolas", disse a secretária de educação, Jussiane Galvan.

O trabalho que a Secretaria vem realizando é fundamental na formação das crianças mandiritubenses, no sentido de formar pequenos cidadãos preparados para a chegada do ano 2000. O empenho para centralização das escolas é visando um futuro melhor para as crianças, que terão em sua base educacional preparação adequada para entrarem na 5ª série capacitados para enfrentarem o

II segmento do Ensino Fundamental. Segundo o artigo 4º da nova Lei de Diretrizes e Bases, o educando tem assegurado o atendimento no Ensino Fundamental público por meio de programas suplementares de materiais didáticos-escolares, transporte, alimentação e assistência à saúde, bem como, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Num escola multisseriada os educandos não conseguem ter acesso a tudo isto que de direito é seu, por ser humanamente impossível um só educador trabalhar esta pluralidade, pois, nunca uma só andorinha pode fazer verão. Quanto mais os profissionais de educação se unirem, para planejarem e executarem seus trabalhos melhor será a qualidade do ensino.

## Os Departamentos Internos